

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

EDUARDO MONTE JORGE HEY MARTINS

**O COMÉRCIO EXTERIOR E A ABERTURA DE EMBAIXADAS: O CASO
BRASILEIRO ENTRE 2000 E 2014**

CURITIBA

2015

EDUARDO MONTE JORGE HEY MARTINS

**O COMÉRCIO EXTERIOR E A ABERTURA DE EMBAIXADAS: O CASO
BRASILEIRO ENTRE 2000 E 2014**

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Mello Garcias

**CIDADE
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

EDUARDO MONTE JORGE HEY MARTINS

O COMÉRCIO EXTERIOR E A ABERTURA DE EMBAIXADAS: O CASO BRASILEIRO ENTRE 2000 E 2014

Monografia apresentada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Mello Garcias
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Fabiano Abranches Silva Dalto
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Igor Zanoni Constant Carneiro Leão
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 3 de dezembro de 2015.

RESUMO

O presente trabalho visa apurar a relação, positiva ou negativa, entre a inauguração de representações diplomáticas brasileiras em países de baixa relevância comercial e as relações comerciais bilaterais. Através da matriz da teoria do institucionalismo neoclássico, os dados serão analisados visando constatar o papel destas instituições para a cooperação entre os países. Com o grande número de postos brasileiros abertos na última década, faz-se necessário observar a relevância destes para a balança comercial brasileira, bem como se estes estão tendo a representatividade esperada. Para a teoria institucionalista neoclássica, as instituições possuem papel central para o fomento da cooperação entre os países. Sendo a diplomacia uma destas instituições, pretende-se testar se esta assertiva é verdadeira mesmo para países entre os quais não há uma relação comercial tão relevante. Outro ponto a ser analisado são os grupos de interesse os quais são beneficiados pela melhora das relações entre os países. Deste modo, vê-se quais são os grupos que podem ter exercido papel chave para o auxílio da promulgação dos decretos que instituíram as embaixadas, bem como se estes conseguiram atingir os objetivos almejados.

Palavras-chave: Diplomacia. Institucionalismo neoclássico. Comércio Exterior.

ABSTRACT

The present work aims to verify the relation, positive or negative, between the opening of the Brazilian diplomatic representations in countries of low commercial relevance and the bilateral commercial trades. Using the matrix of the neoclassical institutionalism theory, the data will be analysed aiming to confirm the role of these institutions for the cooperation between the countries. With the large number of Brazilian representations opened in the last decade, it is necessary to observe the relevance of these institutions to the Brazilian trade balance, as well, if they are having the representativity that was expected of them. To the neoclassical institutionalism, institutions have a central role to the growth of the cooperation between countries. Being the diplomacy one of these institutions, this work will test if this assertive is true even for the countries that do not have a significant commercial relation with Brazil. Another point to be analysed is the groups of interests that have benefits with the opening of these embassies. With this, it is possible to observe the groups that could have influenced the promulgation of the presidential decree that instituted these embassies and to see if these groups reached their goals.

Key-words: Diplomacy. Neoclassical Institutionalism. Foreign trade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Níveis de análise	18
Gráfico 1 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Croácia	46
Gráfico 2 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a Croácia – 2014.....	47
Gráfico 3 – Principais produtos importados da Croácia pelo Brasil – 2014.....	47
Gráfico 4 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Eslováquia	50
Gráfico 5 – Principais produtos importados da Eslováquia pelo Brasil – 2014.....	51
Gráfico 6 – Principais produtos exportados pelo Brasil da Eslováquia – 2014.....	51
Gráfico 7 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Etiópia	54
Gráfico 8 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a Etiópia – 2014	55
Gráfico 9 – Principais produtos importados da Etiópia pelo Brasil – 2014	55
Gráfico 10 – Exportações, importações e saldo do Brasil com o Sudão	58
Gráfico 11 – Principais produtos exportados pelo Brasil para o Sudão – 2014.....	59
Gráfico 12 – Principais produtos importados do Sudão pelo Brasil – 2014.....	59
Gráfico 13 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Guiné Equatorial...	61
Gráfico 14 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a Guiné Equatorial – 2014	62
Gráfico 15 – Principais produtos importados da Guiné Equatorial pelo Brasil – 2014	63
Gráfico 16 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Dominica	65
Gráfico 17 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a Dominica – 2014	66
Gráfico 18 – Principais produtos importados da Dominica pelo Brasil – 2014	66
Gráfico 19 – Exportações, importações e saldo do Brasil com o Sri Lanka	68
Gráfico 20 – Principais produtos exportados pelo Brasil para o Sri Lanka – 2014	69
Gráfico 21 – Principais produtos importados do Sri Lanka pelo Brasil – 2014	70
Gráfico 22 – Exportações, importações e saldo do Brasil com o Cazaquistão	72
Gráfico 23 – Principais produtos exportados pelo Brasil para o Cazaquistão – 2014	73
Gráfico 24 – Principais produtos importados do Cazaquistão pelo Brasil – 2014	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Comércio do Brasil com a Croácia – 2000 a 2014	45
Tabela 2 – Comércio do Brasil com a Eslováquia – 2000 a 2014	49
Tabela 3 – Comércio do Brasil com a Etiópia – 2000 a 2014.....	53
Tabela 4 – Comércio do Brasil com o Sudão – 2000 a 2014	57
Tabela 5 – Comércio do Brasil com a Guiné Equatorial – 2000 a 2014	61
Tabela 6 – Comércio do Brasil com a Dominica – 2000 a 2014.....	64
Tabela 7 – Comércio do Brasil com o Sri Lanka – 2000 a 2014.....	68
Tabela 8 – Comércio do Brasil com o Cazaquistão – 2000 a 2014.....	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	13
2.1	OBJETIVO GERAL.....	13
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
3	METODOLOGIA.....	14
4	AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	16
4.1	REALISMO	20
4.1.1	Principais Conceitos	21
4.1.1.1	O Estado.....	21
4.1.1.2	A anarquia	22
4.1.1.3	A questão do poder	23
4.1.2	Principais Críticas	24
4.1.2.1	A questão do Estado	25
4.1.2.2	A balança de poder.....	25
4.2	CONSTRUTIVISMO	25
4.2.1	Principais Conceitos	26
4.2.1.1	O papel das ideias.....	26
4.2.1.2	A relação entre atores e estruturas.....	27
4.2.1.3	A questão da mudança.....	28
4.2.2	Principais Críticas	28
4.3	LIBERALISMO.....	29
4.3.1	Principais Tendências.....	30
4.3.1.1	Liberalismo sociológico.....	30
4.3.1.2	Liberalismo da interdependência	31
4.3.1.3	Liberalismo institucional.....	33
4.3.1.4	Liberalismo republicano.....	34
4.3.2	Principais Críticas	34
4.3.2.1	Construção teórica.....	34
4.3.2.2	A paz democrática	35
4.3.2.3	Voluntarismo.....	35
5	EMBASAMENTO TEMÁTICO.....	37

5.1	O EMBATE ENTRE NEORRELISTAS E O INSTITUCIONALISMO NEOLIBERAL.....	37
5.1.1	A questão da cooperação	38
5.1.2	O papel das alianças	39
5.1.3	Lições deste debate	40
5.2	A QUESTÃO DA DIPLOMACIA PARA OS NEOLIBERAIS	41
6	AS EMBAIXADAS E O COMÉRCIO EXTERIOR.....	43
6.1	DADOS DOS PAÍSES-BASE	44
6.1.1	Croácia	44
6.1.1.1	Histórico de relações	44
6.1.1.2	Dados de exportações e importações	45
6.1.1.3	Principais Produtos.....	47
6.1.2	Eslováquia	48
6.1.2.1	Histórico de relações	48
6.1.2.2	Dados de exportações e importações	49
6.1.2.3	Principais Produtos.....	50
6.1.3	Etiópia	52
6.1.3.1	Histórico de relações	52
6.1.3.2	Dados de exportações e importações	53
6.1.3.3	Principais Produtos.....	54
6.1.4	Sudão	56
6.1.4.1	Histórico de relações	56
6.1.4.2	Dados de exportações e importações	57
6.1.4.3	Principais Produtos.....	58
6.1.5	Guiné Equatorial	60
6.1.5.1	Histórico de relações	60
6.1.5.2	Dados de exportações e importações	60
6.1.5.3	Principais Produtos.....	62
6.1.6	Dominica	63
6.1.6.1	Histórico de relações	63
6.1.6.2	Dados de exportações e importações	64
6.1.6.3	Principais Produtos.....	65
6.1.7	Sri Lanka	67
6.1.7.1	Histórico de relações	67

6.1.7.2	Dados de exportações e importações	67
6.1.7.3	Principais Produtos.....	69
6.1.8	Cazaquistão	70
6.1.8.1	Histórico de relações	70
6.1.8.2	Dados de exportações e importações	71
6.1.8.3	Principais Produtos.....	72
6.2	ANÁLISE DOS DADOS	74
7	CONCLUSÃO.....	78
	REFERÊNCIAS.....	80

1 INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica global está cada vez mais entrelaçada. Economias que antes eram fechadas ou tinham uma representatividade muito baixa para o todo estão ganhando espaço no cenário mundial.

Entretanto, existem muitas economias ainda que não atingiram um grau de “sofisticação” alto o suficiente para aparecerem nos noticiários. Este é o caso de muitas micronações do Caribe e diversos países da África.

Tendo isto em vista, vê-se que o Brasil, na última década, está tomando uma postura perante estes países bem ativa. O papel do Brasil, muitas vezes, é descrito como o de carro-chefe das economias latinas. Seu papel para o crescimento e desenvolvimento de outras nações também é sólido.

Para entender melhor o papel que o Brasil possui, é preciso verificar como ele está se relacionando com estas nações de menor relevância global. Na década de 2000, quarenta embaixadas brasileiras foram abertas em países os quais possuem economias de pequeno ou médio porte.

Isto pode parecer um fato estranho, haja vista que embaixadas geralmente são abertas em países com uma relação com o Brasil relativamente alta. Entretanto, o objetivo que estas embaixadas possuem é outro: o de fomento das relações bilaterais entre o Brasil e estes países.

Mesmo assim, a questão que perdura é se estas representações diplomáticas estão exercendo o seu devido papel e se estas são sustentáveis. A mídia brasileira anunciou recentemente que muitas repartições diplomáticas brasileiras estavam na “linha da miséria” em alguns países, não tendo dinheiro para pagar serviços básicos, como a conta de luz.

Para tal análise, verifica-se o papel do estudo das relações internacionais como central. O embate entre as teorias contemporâneas do neorrealismo e do institucionalismo neoliberal traz uma discussão muito importante: o papel das instituições para a cooperação internacional.

Neste ponto, a teoria institucionalista se mostra muito mais otimista acerca da força que tais instituições, como embaixadas e a diplomacia em si, possuem. Deste modo, o poder normativo das instituições se sobressai, em democracias liberais, em relação aos possíveis ganhos de uma guerra.

Isto difere da visão neorrealista, que é muito mais cética em relação à cooperação internacional. As instituições possuem um determinado papel nas relações internacionais, entretanto, sua normatividade é facilmente quebrada caso isto comprometa o interesse nacional.

Tendo isto em mente, depreende-se que na questão das embaixadas, se o seu papel de fomentadora da cooperação internacional está sendo cumprido, a sua força normativa está à frente dos ganhos que o Brasil teria se guerreasse com estas pequenas nações em busca de território ou de riquezas.

Para auferir tal medida, um dos pontos que se pode ser analisado é a questão do desenvolvimento das relações bilaterais entre estes países, seja através de acordos de cooperação, seja através de ganhos comerciais de exportações e importações.

Com o intuito de estudar esta problemática, este trabalho será dividido em seis partes.

A primeira irá tratar dos objetivos deste documento, analisando e ramificando as questões a serem analisadas.

A segunda parte irá tratar da metodologia a ser utilizada durante a elaboração e análise dos dados estudados.

A terceira parte versará sobre o embasamento teórico utilizado para as análises posteriores. São estudadas as principais teorias das relações internacionais: o realismo, o construtivismo e o liberalismo. Os pontos principais de cada teoria e as críticas que são feitas a elas são os tópicos abordados nesta seção.

A quarta parte tratará especificamente da temática do trabalho. Ela traz o debate entre as teorias contemporâneas de relações internacionais, as quais são versões revisitadas das teorias abordadas na parte teórica. Outro ponto analisado é o do papel da diplomacia nas relações internacionais, especificamente nas relações comerciais.

A quinta parte delimitará os dados utilizado para responder as questões deste trabalho, bem como a posterior análise destes resultados para que sejam obtidas respostas plausíveis para tal.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Pretende-se com este trabalho analisar o efeito positivo ou negativo gerado pela abertura de representações diplomáticas para o comércio exterior brasileiro, em específico nas relações comerciais entre estes países. Propõe-se estudar como uma instituição como esta pode influenciar na aproximação entre os países, bem como a verificação se a manutenção destas representações é vantajosa para o país em termos estritamente comerciais. Isto será realizado, também, com o estudo de como ocorre o processo de aproximação entre os países até a abertura de representações diplomáticas.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Estudar a influência das instituições internacionais para a aproximação entre o Brasil e os países nos quais abriu representações diplomáticas.

Verificar quais grupos de interesse influenciaram na abertura de determinadas representações diplomáticas, bem como os grupos específicos que se beneficiaram desta abertura.

Determinar os efeitos causados pela abertura de embaixadas para o comércio exterior com países que historicamente não possuem grande representatividade para as relações diplomáticas brasileiras.

3 METODOLOGIA

A abordagem deste trabalho utiliza a metodologia proposta pela teoria do institucionalismo neoliberal. Deste modo, algumas premissas são observadas de plano. Primeiramente, há uma presunção de que democracias liberais preferem cooperar entre si a guerrear. Em segundo lugar, os Estados são compostos por grupos de interesses diversos que afetam na sua política externa. Por fim, as instituições internacionais desempenham papel importante para a manutenção da cooperação.

Isto posto, o trabalho se iniciará com um apanhado geral das três teorias mais relevantes para os debates atuais no campo das relações internacionais: realismo, liberalismo e construtivismo. A ordem utilizada não segue a cronologia do advento destas teorias. O liberalismo será deixado por último haja vista o papel que ele terá como teoria-base do trabalho.

Em seguida, apresenta-se o debate entre neorrealistas e institucionalistas neoliberais e a relação da diplomacia para a teoria-base. Tal apresentação se dá para justificar o porquê da utilização desta matriz teórica em detrimento da sua contraparte contemporânea.

Para a obtenção dos dados necessários para o desenvolvimento do tema, serão utilizadas as bases de dados principalmente disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o sistema Trade Map; e o sistema AliceWeb.

O recorte temporal utilizado é o da primeira década dos anos 2000 para a abertura das embaixadas e o período de cinco anos anteriores e posteriores deste marco para a análise das relações comerciais. O recorte espacial utilizado é o de dois países de cada continente no qual o Brasil abriu representações diplomáticas neste período. Opta-se pelos referidos recortes por serem alvo de grande debate quanto a sua utilidade e sustentabilidade, haja vista o alto número de embaixadas abertas neste período.

Os dados comerciais analisados serão referentes à importação e à exportação de produtos do ano 2000 até 2014, em dólares. Posteriormente, serão analisados os cinco principais produtos no ano de 2014, tanto para a exportação quanto para a importação.

Primeiramente, será realizada uma análise histórica das relações diplomáticas entre o Brasil e os países analisados, verificando o início destas relações, marcos importantes e data de abertura da embaixada brasileira no país. Em seguida, os dados referentes às relações comerciais serão analisadas, em forma de tabela e dividida por ano, para sua posterior análise. Os dados serão analisados, como feito pela teoria do institucionalismo neoliberal, de forma qualitativa, verificando tanto o histórico das relações entre estes países, quanto os decretos de abertura de cada embaixada e os possíveis acordos firmados entre os países neste período.

Foram utilizados dados estritamente econômicos devido ao alto nível de subjetividade verificado ao se analisar relações culturais e sociais. Tendo em vista que a matriz teórica utilizada tem como ponto forte a análise das relações comerciais, preferiu-se analisar apenas estes dados.

4 AS TEORIAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para começar o estudo acerca das teorias predominantes no campo das relações internacionais, é preciso entender o que é teoria *per sí*. Adota-se, aqui, a visão positivista de teoria para o estudo. Nas palavras de Paul Viotti e Mark Kauppi (2012, p. 6-7):

In this admittedly positivist understanding, a *theory* is an intellectual construct composed of a set of interrelated propositions that help one to identify or select facts and interpret them, thus facilitating explanation and prediction concerning the regularities and recurrences or repetitions of observed phenomena. One certainly can think theoretically when it comes to explaining foreign policy process in general or the foreign policy of a particular state. International relations theorists, however, tend as well to be interested in patterns of behaviors *among* diverse state and non-state actors acting internationally or globally. In identifying patterns, the stage is set for making modest predictions about possible nature and direction of change. To think theoretically, however, is not to engage in point predictions – “A will attack B the first week of the year” – however much foreign policy, national security, and intelligence analysts may aspire to such precision.¹

Deste modo, vê-se que uma teoria acaba sendo um ferramental através do qual determinados eventos poderão ser explicados (e, de certa forma, previstos), baseando-se em padrões de acontecimentos. Assim, teóricos acabam por determinar proposições e conceitos, que acabam gerando hipóteses de estudo, as quais deverão ser testadas e provadas pela teoria na qual está se baseando.

Não se pode, portanto, seja nas ciências naturais ou nas ciências sociais, admitir que uma teoria é eterna ou perfeita. O mundo, sendo um ambiente dinâmico,

¹ Tradução livre: Neste admitido entendimento positivista, uma *teoria* é um constructo intelectual composto de um conjunto de proposições inter-relacionadas que ajudam a identificar ou selecionar fatos e os interpretar, assim facilitando a explicação e predição relativa a regularidades e recorrências ou repetições do fenômeno observado. Alguém certamente pode pensar teoricamente quando se trata de explicar o processo de política externa em general ou a política externa de um Estado em particular. Teóricos das relações internacionais, contudo, tendem também a se interessar em padrões de comportamento *entre* diversos Estados e atores não-governamentais atuando internacionalmente ou globalmente. Identificando padrões, o palco está pronto para fazer predições modestas sobre a possível natureza e a direção da mudança. Pensar teoricamente, entretanto, não é se engajar em predições pontuais – A irá atacar B na primeira semana do ano – mesmo que muitos analistas de políticas externas, segurança nacional e inteligência aspirem tal precisão.

poderá mudar, e as hipóteses e conceitos os quais a teoria estava baseada, também poderão mudar. Neste sentido, vê-se a explanação de Mingst e Toft (2014, p. 59):

A passagem da descrição para a explanação, desta à teoria e daí a hipóteses verificáveis não é um processo unilinear. Muito embora a teoria dependa de uma dedução lógica de hipóteses que tenham premissas como base e da verificação das hipóteses, à medida que um número crescente de dados vai sendo coletado no mundo empírico a teoria em geral tem de sofrer revisões e reajustes. Trata-se, em parte, de um exercício criativo, em que devemos ser capazes de tolerar a ambiguidade, levar a probabilidade em conta, e desconfiar de absolutos.

Posto isto, vê-se que não há uma teoria absoluta, mesmo nas relações internacionais, a qual não poderá ser refutada ou questionada. Diferente do pregado por muitas escolas, portanto, vê-se que as teorias são relativas. Tendo isto em mente, pode-se partir ao estudo da questão da teoria nas relações internacionais.

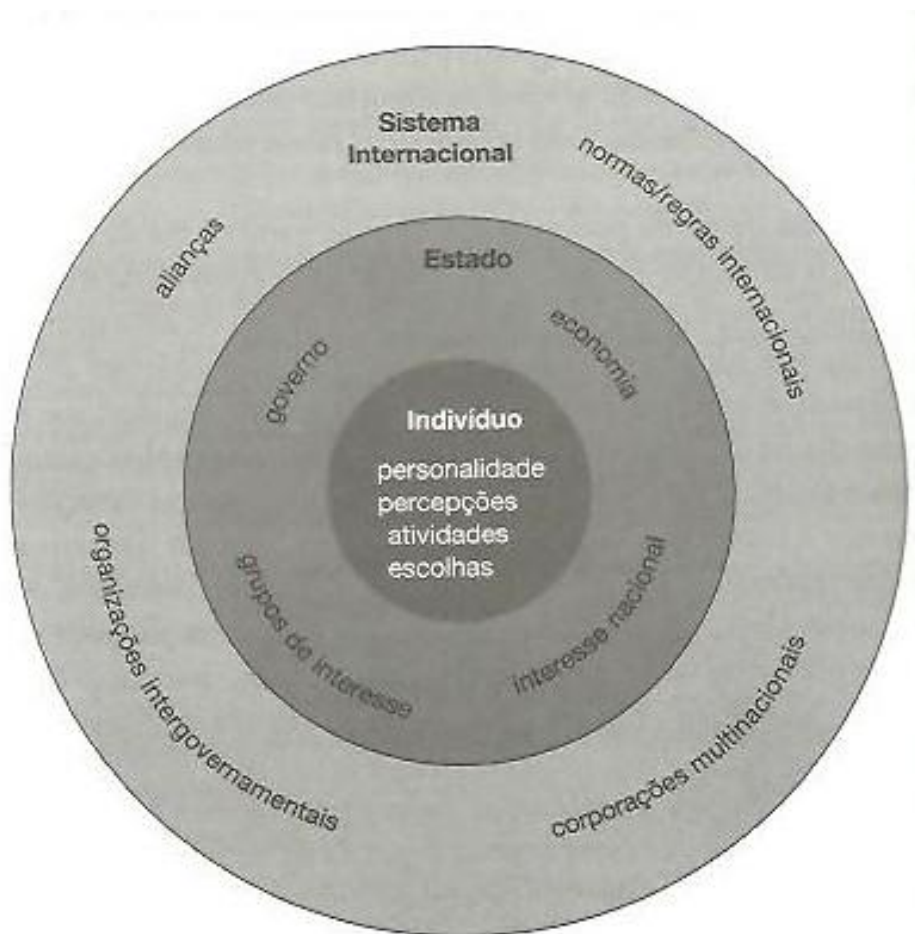
Uma diferenciação importante no estudo das relações internacionais são os chamados níveis de análise. Os estudiosos desta área do saber tradicionalmente separam os seus estudos em três grandes níveis: indivíduos (ou grupo de indivíduos), Estado e sociedade, e sistema internacional. Esta divisão serve como facilitação ao estudo:

The levels of analysis constitute a framework designed to organize and assist in systematic thinking about IR. We differentiate the term *levels of analysis* (individual or group, state and society, and “system” as a whole) from units of analysis, the latter referring to states, organizations, individuals or groups, classes, and other entities. What one is trying to explain or study (such as the outbreak of war) is known as the dependent variable. Factors of different levels of analysis we suspect as being causally related to what we are trying to explain typically are termed independent variables. Thus, we can look both “inside” the state as principal unit of analysis in a search for explanatory factors at individual or group and societal levels and “outside” the state to take account of factors that causally affect its actions and interactions with other states at an international “system” level.² (VIOTTI, KAUPPI, 2012, p. 9)

² Tradução livre: Os níveis de análise constituem a moldura feita para organizar e assistir no pensamento sistemático das Relações Internacionais. Nós diferenciamos o termo *níveis de análise* (indivíduo ou grupo, Estado e sociedade, e “sistema” como um todo) de unidades de análise, a última se referindo a Estados, organizações, individuais ou de grupos, classes, e outras entidades. O que alguém está tentando explicar ou estudar (como o deflagrar de uma guerra) é conhecido como variável dependente. Fatores de diferentes níveis de análise que suspeitamos que sejam causalmente relacionados com o que estamos tentando explicar geralmente são classificadas como variáveis independentes. Assim, podemos olhar tanto para “dentro” do Estado como unidade principal de análise em uma pesquisa por fatores explanatórios nos níveis individual ou de grupo e sociais, e “de fora” do

Para uma melhor visão acerca destes níveis de análise e de atores e questões que representam cada nível, tem-se a imagem a seguir:

Imagem 1 – Níveis de análise



Fonte: MINGST, ARREGUÍN-TOFT, 2014, p. 60

Estado para levar em conta que afetam causalmente suas ações e interações com outros Estados em um nível de “sistema” internacional.

Nas palavras de Arraes e Gehre (2013, p. 46):

O nível individual busca compreender a essência da natureza humana, incluindo as pessoais e o contexto social, político e ideológico dos tomadores de decisão, especialmente de grandes líderes mundiais que tem a capacidade de influenciar os rumos da história.

No nível estatal, o internacionalista preocupa-se em verificar detalhadamente a estrutura interna dos Estados, o funcionamento dos governos nacionais, com suas instituições jurídicas legislativas e executivas, e o regime político e modelo de governo que imperam nos países estudados.

O nível sistêmico volta-se para a análise dos vínculos estruturais entre Estados, como a distribuição de poder entre grandes, médias e pequenas potências, a hierarquização da ordem em nações pobres e ricas (ou em nações desenvolvidas e em desenvolvimento), a recorrência da guerra como instrumento político e os caminhos para a paz, mediante negociações e estabelecimento de instituições.

A questão em voga ao se pôr em pauta os níveis de análise, é se há (e qual seria) o nível que deve prevalecer sobre os demais quando estudando relações internacionais. Entretanto, esta é uma questão que não pode ser respondida com facilidade, haja vista que cada teórico coloca em destaque aquele nível no qual estão focados os seus estudos. Uma resposta vaga, mas a ser considerada, é a de que todos os níveis devem ser postos em evidência. O problema seria se propor a fazer isto, haja vista diferentes níveis estarem em diferentes campos do conhecimento. O importante, portanto, não é colocar em destaque todos estes níveis, mas sim considerá-los durante a análise a ser formulada.

Quando tratamos a metodologia utilizada por teóricos das relações internacionais, vê-se que existem dois grandes grupos: aqueles que preferem uma estratégia de pesquisa baseada em uma base formal de hipóteses e teorias, que, por exemplo, podem ser testadas através de métodos estatísticos; outros, em contrapartida, preferem indicadores não-quantitativos, baseando-se em estudos de caso, métodos comparativos e análises históricas – uma abordagem qualitativa de construção teórica.

As teorias a seguir expostas variam entre ambas estas metodologias. Serão expostas três das teorias mais proeminentes das relações internacionais (e suas posteriores modificações), quais sejam: o realismo, o liberalismo, e o estruturalismo; bem como a teoria construtivista, também denominada de meta-teoria. Tais teorias foram escolhidas pela importância que cada uma tem dentro do campo das relações

internacionais, além da posterior ponderação acerca da teoria mais adequada para o estudo a ser realizado neste trabalho.

4.1 REALISMO

Definir uma teoria tão ampla quanto o realismo é uma tarefa árdua, como também as outras teorias abordadas no trabalho. Entretanto, é necessário entender que, mesmo com a diversidade de linhas teóricas dentro desta escola chamada realismo, existem algumas premissas básicas que enquadram os pensadores nela.

O realismo, assim, de modo simplista, poderia ser definido como uma perspectiva que tem como foco o Estado como um agente unitário e racional, bem como nas relações que se dão entre estes Estados.

Duas premissas básicas do realismo podem ser extraídas da leitura de Nogueira e Messari (2005, p. 23):

A primeira é a ênfase no que acontece no sistema internacional, o que se traduz por considerar que o que ocorre dentro dos Estados não é relevante para a análise das relações internacionais. É o que alguns chamam de imagem do Estado como caixa-preta. A segunda é um pessimismo pronunciado e definitivo em relação à natureza humana.

Estas duas características embasam os estudos desta corrente e tornam mais claro o porquê de o foco ser aquele citado anteriormente. Num ambiente anárquico em que a natureza humana é considerada má, um Estado deve se proteger dos demais e fazer com que o interesse nacional seja priorizado em relação aos interesses individuais. Disto se extrai a razão de não haver grandes abordagens em relação aos interesses domésticos dos Estados. Nesta linha, Jackson e Sorensen (2014, p. 98-99) mostram que:

Desse modo, os realistas operam com base no pressuposto central de que a política mundial existe e funciona em meio a uma anarquia internacional, ou seja, um sistema sem uma autoridade maior, predominante, sem um governo

mundial. O Estado é o ator proeminente na política mundial e as relações internacionais são principalmente interações entre Estados.

[...]

O principal objetivo da política externa é projetar e defender interesses do Estado na política mundial. No entanto, os Estados não são iguais: pelo contrário, há uma hierarquia internacional de poder entre países, sendo que os Estados mais importantes da política mundial são as grandes potências. De acordo com os realistas, as relações internacionais constituem uma luta entre grandes potências pelo domínio e pela segurança.

Os pensadores realistas, de modo geral, objetivam o entendimento de padrões de conflito e colaboração em uma condição de anarquia nas relações internacionais. Tendo isto em mente, o Estado, a anarquia e o poder são conceitos básicos para esta corrente de pensamento.

4.1.1 Principais conceitos

4.1.1.1 O Estado

Para os realistas o Estado no ambiente das relações internacionais é uno. Ele necessita focar seus esforços na sua sobrevivência, haja vista o caráter anárquico do sistema. Este seria o interesse nacional mais básico. Para garantir esta sobrevivência é necessário tanto a garantia da paz doméstica quanto a segurança no âmbito internacional. Neste sentido, Nogueira e Messari (2005, p. 25) expõem:

O Estado convive, portanto, com uma dupla realidade: uma interna, em que é soberano e tem autoridade e legitimidade de impor decisões e diretrizes, e outra realidade externa, em que está ausente qualquer autoridade que tenha legitimidade de tomar e impor decisões. Nesta segunda realidade, o Estado tem como função principal – para não dizer única – a defesa do interesse nacional, isto é, a preservação e a permanência do Estado como ator nas relações internacionais

Como cada Estado está focado nesta defesa do interesse nacional, surge a noção de autoajuda. Não havendo nenhum ator supra aos Estados, há uma grande insegurança em relação a quais são aliados e quais são inimigos. E mesmo os aliados podem se tornar inimigos em um momento posterior e vice-e-versa.

Tendo isto como base, a autoajuda seria a noção de que nenhum Estado poderia depender de outro para defender o seu interesse nacional e a sobrevivência deste ator no cenário internacional. A confiança integral seria apenas depositada no próprio Estado. Isto não exclui a possibilidade de alianças, como observado empiricamente. Entretanto, isto implica na vigilância constante dos aliados, visto que qualquer acordo poderia ser rompido em prol do interesse nacional.

4.1.1.2 A anarquia

O sistema internacional, ou seja, o nível mais afastado do centro da análise das relações internacionais, é entendido pelos realistas como anárquico. Ou seja, isto não implica em dizer que os Estados ou os indivíduos são anárquicos, mas sim o sistema em que a relação entre Estados está inserida.

A anarquia no entendimento dos realistas não seria o caos propriamente dito, mas sim a falta de uma autoridade central que pudesse determinar as ações dos agentes. Isto difere do plano doméstico dos Estados, no qual o governo pode exercer um grau de autoridade em relação aos cidadãos.

O que existe são diversos atores preocupados apenas com a sua própria sobrevivência. Deste modo, a insegurança prevalece no plano internacional. Os Estados não podem confiar plenamente nos outros e, assim, a questão da segurança acaba tomando um papel importante para os Estados.

Isto gera um dilema: apesar de haver esta anarquia nas relações internacionais, não se pode negar a existência de cooperações entre os Estados, principalmente na área da segurança. Por esta razão, alguns teóricos do tema utilizam a teoria dos jogos para explicar a questão da anarquia.

Basicamente, utiliza-se o exemplo da *stag hunt* para explicar as relações entre os Estados. Se os caçadores cooperam, há um custo, mas podem caçar um cervo, tendo ganhos maiores. Se os caçadores não cooperam, os custos são menores, mas caçam coelhos, reduzindo os ganhos.

Ambas as escolhas, cooperar ou não, dependem tanto da vontade própria do ator quanto do contexto em que está inserida a relação em questão. E por esta razão

a insegurança é tão alta no sistema: interesses e contextos podem mudar rapidamente.

Vale ressaltar que para estes teóricos, a anarquia e a hierarquia entre os Estados não é algo excludente. Como se pode ver em um contexto de Guerra Fria, mesmo não havendo uma entidade supranacional, existia uma bipolaridade e uma hierarquia entre os Estado que acabava por limitar a ação de países menores.

4.1.1.3 A questão do poder

Existem duas grandes definições de poder dada por autores realistas. A primeira seria a soma dos potenciais de cada país; a outra seria uma definição em termos relativos: não em relação às capacidades isoladas dos Estados, mas em comparação com os demais Estados. (NOGUEIRA, MESSARI, 2005, p. 28)

De qualquer modo, o poder é o quesito fundamental para se entender a influência dos Estados no âmbito das relações internacionais e como isto influencia na (in) segurança deste ambiente. Viotti e Kauppi (2012, p. 52) perfazem estas visões de poder e mostram uma alternativa a elas:

Both of these definitions – whether treating capabilities of a state in isolation or relative to the capabilities of other states – are termed a **materialist** view. Both also assume a static view of power: It is an attribute of the state that is the sum of its capabilities whether considered alone or relative to other states. An alternative dynamic definition of power focuses on the interaction of states. A state's influence (or capacity to influence or coerce) is not only determined by its capabilities (or relative capabilities) but also by (1) its willingness (and perceptions by other states of its willingness) to use these capabilities and (2) its control or influence over other states. Power can thus be inferred by observing the behavior of states as they interact. The relative power of states is most clearly revealed by the outcomes of their interactions.³

³ Tradução livre: Ambas as definições – seja tratando capacidades de um Estado isolado ou relativamente às capacidades de outros Estados – são denominadas como visão materialista. Ambas também assumem uma visão estática de poder. É um somatório de suas capacidades, seja considerando isoladamente ou relativamente a outros Estados. Uma visão dinâmica alternativa de Estado foca na interação entre eles. A influência de um Estado (a capacidade de influenciar ou coagir) não é apenas determinada pelas suas capacidades (ou capacidades relativas) mas também pela (1) sua vontade (e a percepção dos outros Estados de sua vontade) de usar estas capacidades e (2) o seu controle ou influência sobre os Estados. Poder, assim, pode ser inferido ao se observar o comportamento de Estados enquanto eles interagem. O poder relativo dos Estados é mais claramente revelado pelos desdobramentos de suas interações.

Assim, pode-se clarear a razão dos Estados cooperarem tanto para estarem no poder quanto para irem contra ao poder predominante. Isto é denominado pelos realistas de balanço de poder, e é outro aspecto central desta teoria.

A balanço de poder não significa necessariamente o equilíbrio entre os poderes dos países. Alguns autores a caracterizam em termos de equilíbrio e outros pela falta deste.

Esta balanço também pode ser estabelecida numa relação de poderes bipolar, onde duas potências dominam o sistema; ou multipolar, onde quando mais de duas dominam. Não é observada uma relação unipolar no sistema internacional, haja vista que isto descaracterizaria a balanço de poderes em si.

A cooperação entre os países, portanto, seria em prol da sua sobrevivência, sempre tendo em vista a manutenção do seu poder, seja em termos absolutos ou relativos, mostrando-se para os outros da maneira mais vantajosa em cada situação.

4.1.2 Principais Críticas

4.1.2.1 A questão do Estado

Uma das críticas centrais ao realismo é a sua atenção exacerbada em relação ao Estado. A importância deste agente é inegável, entretanto, focalizando seus estudos em grande parte a ele, acabam por desconsiderar outros agentes das relações internacionais.

Do mesmo modo, o enfoque dado aos Estados e às relações entre eles, acaba por fazer com que outros assuntos sejam deixados em segundo plano ou considerados como derivados das relações estatais. As diferenças entre sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento e outras preocupações socioeconômicas e ambientais são deixadas neste espaço restrito.

A resposta dos realistas a esta crítica se embasa principalmente no ponto de que uma teoria é construída para responder determinadas questões. Assim, uma teoria focada no comportamento dos Estados, naturalmente foca seus estudos nisto e não em outros agentes.

4.1.2.2 A balança de poder

Visto o papel dos Estados na teoria realista, é inegável a importância para eles da balança de poder. Entretanto, tal conceito acabou por sofrer duas críticas que são reconhecidas mesmo pelos realistas.

A primeira é referente a definição da balança de poder em si: Não há um consenso para sua definição. Alguns autores, como Hans Morgenthau, diferenciaram diversas definições utilizadas por eles. Isto acaba por gerar uma confusão conceitual que por vezes gera a questão, como pontuado por Viotti e Kauppi (2005, p. 77), que se a balança de poder pode significar tantas coisas, poderia mesmo significar algo?

Outra crítica pontuada é que ele muitas vezes acaba por levar à guerra entre os países ao invés de evitá-la. Estadistas tem utilizado tal conceito como um mote para justificar gastos excessivos em segurança e em intervenções em outros países.

Tais críticas foram respondidas principalmente por neorrealistas em estudos posteriores sobre o tema. Entretanto, mesmo estes, como Kenneth Waltz, não ficaram passíveis às críticas de outras escolas. Tal debate ainda perdura, principalmente entre estes neorrealistas e institucionalistas neoliberais.

4.2 CONSTRUTIVISMO

A teoria construtivista é muitas vezes definida como uma meta-teoria. Ela se preocupa com a formação e transformação dos interesses, em especial, do Estado.

Esta teoria difere das análises anteriores por afirmar que as estruturas políticas da política internacional é muito mais social do que estritamente material ou definida pelas capacidades. Tais estruturas moldam não apenas o comportamento dos agentes, mas seus interesses e identidades. Estas estruturas sociais são constituídas principalmente de significados coletivos, conhecimento compartilhado.

Os construtivistas possuem quatro grandes premissas. A primeira delas é a de buscam a problematização das identidades e interesses dos Estados. Isto é próximo do contrário do debate entre as escolas “neo”, que assumem que estes conceitos são dados. A segunda é a de que a estrutura internacional é pautada em

estruturas sociais, como regras, normas e leis, e que isto influencia os interesses dos agentes. A terceira é a de que, como o nome da teoria implica, o mundo é um projeto sempre em construção. Por fim, eles baseiam seus debates muitas vezes nas questões ontológicas e epistemológicas da teoria das relações internacionais.

Mesmo com estas premissas, não se pode afirmar que os construtivistas negam uma metodologia científica. A maioria das teorias utiliza uma abordagem causal-explicativa para a sua análise. Já os construtivistas utilizam modelos pautados no comportamento valorativo-racional para sua abordagem. Isto implica em focar nas orientações ontológicas e preferências epistemológicas, implicando numa pesquisa sobre questões normativas e das crenças dos atores para seus estudos. Neste sentido:

O construtivismo é uma abordagem empírica ao estudo de relações internacionais – empírica por se concentrar nas ideias intersubjetivas que as definem. A teoria apresenta alguns interesses e abordagens de pesquisa distintos. Se o mundo social e político consiste, basicamente, em crenças comuns, de que modo isso afeta a forma como devemos avaliar eventos e episódios internacionais importantes? Os construtivistas, como regra, não podem concordar com mecânicas concepções positivistas de causalidade. Isso porque os positivistas não investigam o conteúdo intersubjetivo de eventos e episódios. (JACKSON, SORENSEN, 2013, p. 238)

Desta análise feita por Jackson e Sorensen, depreende-se que o estudo do construtivismo social é pautado em conceitos básicos como: as idéias, a relação entre os atores e as estruturas, e a mudança.

4.2.1 Principais Conceitos

4.2.1.1 O papel das ideias

Para que as idéias sejam importantes para as relações internacionais, estas devem ser amplamente compartilhadas pelos indivíduos. Elas podem ser sustentadas por diferentes grupos sociais, organizações ou sociedades. Deste modo, oferecem orientações para como serão realizadas as políticas dos Estados.

Tannenwald diferenciou quatro tipos de idéias: as ideologias, as quais seriam um conjunto de crenças que refletem as aspirações sociais de um grupo; as crenças normativas, as quais seriam critérios para diferenciar o que é certo e errado, como as normas de direitos humanos; as crenças causais, que se referem as orientações para os indivíduos atingirem os fins desejados; e as prescrições políticas, que seriam idéias programáticas que facilitam a formulação de políticas públicas. (TANNENWALD, 2005, p. 15-16)

Isto não implica em afirmar que as idéias sejam mais importantes que conceitos como poder e interesse, mas sim que estes pressupõem idéias. Estes conceitos possuem os seus efeitos em razão das idéias que os constituem. Assim, não há uma completa negação da materialidade na discussão das relações internacionais, mas sim que o “mundo material” seria um produto das idéias dos agentes que o constitui.

4.2.1.2 A relação entre atores e estruturas

Para os construtivistas, há uma relação de coconstituição entre os agentes e as estruturas. Isto implica em uma negação de que os agentes precedam as estruturas e que eles as moldam para que sirvam aos seus interesses. Isto também implica uma negação de que as estruturas possam limitar as ações dos atores. Deste modo, afirmam que não há uma precedência no tempo de um destes, além de que não há uma capacidade de um influenciar o outro.

Um exemplo é a relação entre indivíduos e sociedade. Não se pode falar de sociedade sem se falar de indivíduos, e, ao mesmo tempo, não se pode falar de indivíduos (no plural) sem se falar de sociedade. Assim, verifica-se que estes dois conceitos são coconstituídos, haja vista a relação de dependência mútua entre eles.

4.2.1.3 A questão da mudança

O construtivismo implica em afirmar que as estruturas não são pré-definidas. Assim, o mundo que é analisado não é estático, mas sim dinâmico. E o que influencia esta mudança, nas relações internacionais, é a relação entre os agentes – a intersubjetividade.

Como a identidade dos Estados é determinada pelas idéias dos grupos que o constituem, elas não são eternas. Grupos podem alternar entre o quanto de influência possuem no Estado, bem como os próprios ideais do grupo podem se modificar.

Isto implica que as identidades dos Estados também se modificam ao longo do tempo. Assim, a relação entre dois Estados pode se modificar: Estados que eram inimigos em determinado ponto do tempo podem se tornar aliados em outro ponto. E isto pode ser visualizado na mudança da relação entre Estados Unidos e União Soviética na Segunda Guerra Mundial e na Guerra Fria.

Por esta razão, os construtivistas afirmam que o mundo é uma construção social. Sendo um constructo social, portanto, não se pode afirmar que a anarquia do sistema, como afirmada pelos realistas como sendo inevitável, realmente seja. A anarquia nas relações internacionais, para esta corrente, só existe em virtude dos interesses dos Estados não serem congruentes neste dado momento. Entretanto, pode ser que isto se modifique.

4.2.2 Principais Críticas

A importância das normas internacionais é um ponto de crítica feito pelos neorrealistas. Os construtivistas se pautam numa assunção de que as normas são um meio importante para que seja delimitado o campo das relações internacionais.

Os neorrealistas, entretanto, mostram que, mesmo que existam tais normas, o seu cumprimento é comprometido. Os interesses das grandes potências acabam preponderando em relação a estas normas, visto que muitas vezes o primeiro contraria o segundo.

Outro ponto criticado pelos neorrealistas é a presunção, por parte dos construtivistas de que os Estados serão sempre sinceros nas suas interações uns com os outros. Entretanto, para estes críticos, há um importante papel da hipocrisia nas relações concretas. Eles não serão sinceros caso isto contrarie os fins almejado.

A crítica destes autores também se pauta na visão construtivista de mudança. Para estes críticos, há um enfoque muito grande na questão de como as mudanças no mundo material provocam mudanças no discurso. Entretanto, não há uma análise dos porquês de tais mudanças ou sobre como o processo político funciona.

Uma crítica comum tanto aos neorrealistas como aos neoliberais é na questão de que, para eles, o construtivismo se foca muito mais em ser um contraponto a estas teorias do que realmente propor um projeto de pesquisa.

Por fim, é necessário ser ressaltada a questão da coconstituição. Muito embora em um plano inicial se pudesse falar que as estruturas não limitavam os agentes (e nem vice-e-versa), o que se vê hoje é diferente. Os agentes são criados já estando dentro de estruturas. E estas acabam por condicionar o comportamento deles, mesmo que de forma a mudá-las.

4.3 LIBERALISMO

O enfoque do liberalismo é a possibilidade de cooperação no âmbito das relações internacionais. Há uma visão otimista da natureza humana, bem como do relacionamento entre os Estados. Tendo este enfoque, vê-se que para os liberais há uma vantagem muito maior numa paz democrática do que na guerra. E isto faz com que as relações comerciais tenham um papel de suma importância nestes estudos. Por esta razão, esta será a matriz teórica utilizada para a análise a ser desenvolvida neste trabalho, haja vista a análise ser de caráter de ganhos comerciais.

A questão posta por esta vertente é a de que os Estados podem cooperar para atingirem ganhos de trocas maiores do que a não-cooperação e uma iminência de guerra. Uma base empírica utilizada para defender este ponto é o período pós Segunda Guerra Mundial, onde países como o Japão se beneficiaram das trocas comerciais realizadas, em comparação com o período de guerra anterior que assolou o país.

O Estado, na visão construtivista, é visto como uma composição de diversos atores sociais, com idéias e interesses diferentes. Com isso, há uma grande importância ao comportamento destes para o entendimento de um Estado.

Existem, segundo Viotti e Kauppi (2012), quatro grandes premissas comuns para os liberais. Primeiramente, tanto Estados quanto atores não estatais são de suma importância para a política mundial. Segundo, formas de interdependência tanto entre Estados como com agentes não-estatais tem um papel moderador, ou até mesmo pacificador, no comportamento estatal. Terceiro, a agenda de políticas internacionais não é apenas relacionada com questões bélica-militares, mas relacionadas com diversos outros temas. Por fim está a visão “de dentro para fora” em relação ao comportamento dos Estados nas relações internacionais, levando em conta como questões domésticas influenciam nisto.

Deste modo, vê-se que o objetivo analítico desta teoria se refere a descobrir sob quais condições se pode atingir uma cooperação internacional, senão a paz. O papel das organizações internacionais é destacado, visto sua importância para a cooperação regional e em questões de interdependência entre Estados.

Para tanto, há uma forte relação com o progresso humano. O pensamento liberal nas relações internacionais se origina principalmente a partir do Estado constitucional moderno, onde o progresso, tanto das liberdades quanto do progresso técnico-científico atingiu um patamar para que esta visão otimista florescesse.

O pensamento liberal moderno se divide em quatro principais vertentes que serão analisadas em seguida, quais sejam: o liberalismo sociológico, o liberalismo da interdependência, o liberalismo institucional e o liberalismo republicano. Esta divisão é necessária para que se possa entender a diferença entre estes pensamentos, bem como as discussões mais atuais que cercam esta linha teórica.

4.3.1 Principais tendências

4.3.1.1 Liberalismo sociológico

Para esta vertente, o estudo das relações internacionais não pode se embasar apenas no estudo de relações entre governos e Estados soberanos, mas também das

relações transnacionais. Estas relações são aquelas entre pessoas, grupos e organizações de diversos países.

Este enfoque nestas relações garantiu ao liberalismo a alcunha de “pluralista”, vez que, diferente dos realistas, possuem uma abordagem mais ampla sobre o que deve estar em pauta ao se analisar as relações internacionais.

É importante frisar que a globalização permitiu que estas relações transnacionais se expandissem. A maior facilidade de comunicação entre as pessoas, bem como o maior intercâmbio cultural entre os países possibilitou que mais pessoas de diferentes países influenciassem umas às outras.

Os liberais sociológicos também demonstram que relações sobrepostas e interdependentes entre pessoas possuem uma maior facilidade de resultarem em cooperações do que as relações inter-estatais, visto que estes são restritivos e, portanto, possuem muitos interesses incompatíveis.

Com esta assunção, o liberalismo sociológico infere que, quanto maior for o número de redes transnacionais, mais pacífico ele será. Isto implicaria numa grande modificação do sistema internacional que traria diversas complicações, mas os conflitos serão menores pela maior presença de cidadãos e organizações cosmopolitas.

4.3.1.2 Liberalismo da interdependência

O realismo da interdependência implica numa dependência mútua entre os agentes das relações internacionais, ou seja, as ações de pessoas e governos em um determinado país tem implicações nos seus semelhantes em outros países. Assim, um maior grau de relações transnacionais, como conceituadas no liberalismo sociológico, implica num maior grau de interdependência.

Uma assertiva defendida por estes liberais é a de que uma alta divisão de trabalho na economia internacional aumenta a interdependência, desestimulando, assim, os conflitos entre Estados. Esta divisão de trabalho, empiricamente, pode ser observada nos países que no pós-guerra focaram num modelo de “Estado comerciante”. Este modelo, como visto no Japão e na Alemanha, prioriza a divisão internacional intensificada ao invés da auto-suficiência econômica e investimento

bélico. Mesmo os países que adotaram uma política mais tradicional neste ponto acabaram adotando, em alguma medida, este modelo de Estado.

Robert Keohane e Joseph Nye (2011) introduzem um conceito importante neste sentido: a interdependência complexa. Para os autores, a interdependência demonstrada no período pós-guerra é diferente da que ocorria em períodos anteriores. Num ambiente de “interdependência simples”, a política superior (de segurança e sobrevivência), se sobrepujava em relação à política inferior (referente à economia e às questões sociais). Entretanto, num ambiente complexo, isto é diferente por duas razões: as relações entre Estados não são mais interações apenas entre os seus líderes, havendo interações em diversos níveis e atores; e, também, pelo grande número de relações transnacionais entre indivíduos e grupos externos ao Estado. Neste sentido:

The centerpiece of their work was the concept of complex interdependence – an ideal type constructed to analyze situations involving transnational issues. In a situation of complex interdependence, multiple channels connect societies, there is an absence of hierarchy among issues, and military force is not used by governments against other governments involved in the interdependent relation⁴.(VIOTTI, KAUPPI, 2012, p. 144)

Para os liberais da interdependência, entretanto, o realismo não é considerado de todo obsoleto. Existem casos “de vida e morte” onde as questões bélicas se fariam necessárias e, deste modo, a abordagem realista teria relevância.

De qualquer modo, esta vertente do liberalismo demonstra que uma modernização nas relações aumenta a importância da interdependência entre Estados. Num cenário de interdependência complexa os atores transnacionais se tornam mais relevantes e a força militar se torna menos útil. O bem-estar é priorizado em relação à segurança realista, tornando o ambiente das relações internacionais mais cooperativo.

⁴ Tradução livre: A peça centro de seu trabalho era o conceito de interdependência complexa – um tipo ideal construído para analisar situações envolvendo questões transnacionais. Numa situação de interdependência complexa, múltiplos canais conectam sociedades, há uma ausência de hierarquia dentre os problemas e força militar não é utilizada por governos contra outros governos envolvidos na relações interdependente.

4.3.1.3 Liberalismo institucional

Para estes liberais há um menor otimismo que os seus antecessores: as instituições internacionais podem tornar a cooperação mais provável, entretanto, não acreditam que elas sozinhas possam modificar as relações internacionais.

Neste sentido, eles entendem que instituições internacionais são divididas entre organizações internacionais, como a União Européia e a ONU, e regras que imperam nas relações estatais. Há uma relação entre ambas, como no caso das relações comerciais, onde o regime de comércio é definido pela Organização Mundial do Comércio. Há também um conceito de instituição internacional mais fundamental, exemplificadas pela soberania estatal e a balança de poderes, mas não é o enfoque desta teoria.

Estes liberais adotam duas dimensões para verificar o grau de institucionalização dos Estados: o campo de ação e a profundidade. O campo de ação seria quanto às áreas temáticas que as instituições apresentam; enquanto a profundidade se desdobraria em três caminhos: o da semelhança, referente ao grau de expectativas sobre o comportamento apropriado e a interpretação da ação pelos participantes do sistema; o da especificidade, referente ao grau que essas expectativas estão clarificadas em forma de regras; e o da autonomia, referente à extensão em que a instituição pode modificar suas próprias regras. (JACKSON, SORENSEN, 2013, p. 162-3)

Assim, para esta vertente, as instituições internacionais contribuem para a promoção da cooperação estatal, reduzindo a insegurança e o medo mútuo presente no ambiente das relações internacionais. Entretanto, há uma crítica dos realistas, visto que para eles há, ainda, a presença da anarquia no ambiente, e os Estados devem prezar pela sua sobrevivência, mesmo com a existência de instituições para coibir os conflitos.

4.3.1.4 Liberalismo Republicano

Esta vertente se pauta na assertiva de que democracias liberais são mais pacíficas e mais propensas a seguirem as normas legais do que outros regimes políticos. Isto não implica em dizer que não existam guerras, mas que não existem conflitos bélicos entre democracias.

Para analisar o porquê de as democracias manterem a paz entre si, são analisados três elementos essenciais: primeiro, há uma fundamentação na resolução pacífica de conflitos; segundo, existem valores morais comuns entre as democracias; por fim, esta paz é fortalecida pela interdependência e pela cooperação econômica.

Entretanto, visto que estes três critérios seriam necessários para que houvesse uma união pacífica entre os países, não há uma garantia de que isto se concretize. Existem democracias antigas e novas, e muitas destas novas democracias ainda não apresentam todos os critérios para que possa haver este laço.

O processo da paz democrática é dinâmico. Há a necessidade de uma evolução das democracias para que atinjam um patamar mínimo no qual seria possível esta união. Mesmo assim, poderiam haver contratempos no caminho para tal, fazendo com que retrocessos não sejam descartados nestes casos.

Assim, esta vertente demonstra que um mundo de democracias liberais consolidadas poderia ser pacífico. Isto depende do atendimento dos critérios acima citados para que possa haver um nível de democratização esperado para tal.

4.3.2 Principais críticas

4.3.2.1 Construção teórica

Uma crítica sustentada principalmente pelos realistas é a de que os liberais focariam muito numa análise descritiva do mundo, faltando um conteúdo teórico. Para estes críticos, uma descrição cada vez mais detalhada do que acabaria por prejudicar uma teoria capaz de explicar padrões de comportamento. Os liberais, portanto, estariam ameaçados de apenas descrever o mundo e não explicar os porquês de seus fenômenos.

Os (neo)liberais atacam esta crítica em três aspectos. Primeiramente, a matriz do institucionalismo neoliberal, como será estudado posteriormente, emprega pressupostos de existência de atores racionais e padrões positivistas para sua construção teórica, como os neorrealistas também utilizam. Segundo, esta obsessão por parcimônia é algo relativo às novas leituras do realismo, enquanto os clássicos também despendiam sua energia em analisar uma vasta gama de fatores. Por fim, as teorias liberais recentes ofereceram uma vasta possibilidade de hipóteses testáveis. (VIOTTI, KAUPPI, 2012, p. 162)

4.3.2.2 A paz democrática

Realistas, mesmo após a queda da União Soviética, mantiveram-se céticos em relação à prevalência das democracias liberais no mundo. Para eles, este seria um estado passageiro, e o conflito retornaria inevitavelmente ao mundo. Ademais, apontam os conflitos ocorridos na área dos Bálcãs, os conflitos africanos e do Oriente Médio como contrapontos a esta visão.

Os liberais, por outro lado, respondem citando que a zona democrática estabelecida pela União Europeia é um ganho a ser relevado. A interdependência entre os países que fazem parte desta área demonstra como as instituições seriam favoráveis para o aumento da cooperação entre Estados democráticos.

4.3.2.3 Voluntarismo

Os liberais são criticados, também, pelo excesso de otimismo nos indivíduos e nos Estados. Para alguns destes teóricos, o livre-arbítrio dos indivíduos é o que caracteriza a possibilidade ou não da existência de cooperação. Assim, a existência de “más lideranças” acabaria por comprometer esta questão. Entretanto, como são otimistas em relação à natureza dos indivíduos, inferem que estas situações seriam menos frequentes do que aquelas nas quais a cooperação prevaleceria.

A ênfase no voluntarismo não é globalmente aceita pelos liberais. Muitos o veem como algo resultante não apenas das questões individuais dos agentes, mas sim da relação deles com as instituições domésticas de cada país. Isto porque não se pode desconsiderar a interdependência destes para a formulação de uma política estatal.

5. EMBASAMENTO TEMÁTICO

5.1 O EMBATE ENTRE NEORREALISTAS E O INSTITUCIONALISMO NEOLIBERAL

Estas duas correntes contemporâneas são reinterpretações das correntes clássicas já explicitadas neste trabalho. Ambas possuem uma visão mais branda em relação à possibilidade de cooperação e à total anarquia.

A teoria construtivista não entrou neste embate por ser, ainda, uma teoria marginal às discussões do *mainstream* das Relações Internacionais. Isto se deve, principalmente devido à visão já relatada de que estas teorias veem o construtivismo como uma meta-teoria.

Os fundamentos comuns a estas teorias são em relação à questão das regularidades do comportamento internacional ser mais bem explicada pela natureza do sistema internacional; o papel central dos Estados e sua defesa dos interesses nacionais; e a anarquia como força subjacente no sistema internacional. (HELLMAN, WOLF, 1993, p. 6)

Com isto, estas teorias concordam que a cooperação internacional é difícil. Entretanto, no que diferem é como (e se) é possível reduzir esta barreira. Para os institucionalistas neoliberais, isto se dá através da criação de instituições internacionais que iriam coibir os atores a traírem os outros. Enquanto os neorrealistas afirmam que isto implica em não dar a devida importância para as barreiras à cooperação.

Os neorrealistas possuem algumas assertivas que destoam dos seus contemporâneos. Primeiro, para eles, grandes potências sempre irão modificar a balança entre os Estados. Segundo, Estados menores tendem a se alinhar às grandes potências. Por fim, as cooperações sempre tenderão a maximizar o poder relativo em relação aos outros.

Deste modo, teóricos como Kenneth Waltz e John Mearsheimer (JACKSON, SORENSEN, 2013, p. 123) afirmam que um mundo bipolar tenderia ser mais estável. Isto porque haveriam os chamados alinhamentos dos países menores às grandes potências, o que faria com que os conflitos envolvessem basicamente os interesses destas duas grandes potências. Sendo apenas dois países com poder suficiente para tal, um poderia ficar atento ao outro, fazendo com que desentendimentos causados pela multipolaridade fossem menores. Assim, a anarquia entre os países seria

reduzida pela existência de dois carros-chefes para determinar as linhas de ação dos países.

Nesta linha de estudos, o estudo do sistema internacional mostra uma correlação com a teoria microeconômica:

A política internacional, tanto quanto o mercado, emerge espontaneamente das ações individuais de unidades autorreguladas, as quais não necessariamente visam à sua formação. Entretanto, a partir do momento em que a estrutura do sistema, ou o mercado, surge, ela passa a limitar a ação de seus componentes, sem que isso tenha sido inicialmente previsto por eles. (MENDES, LIMA, p. 4)

Isto não implica em afirmar que a anarquia seria superada no surgimento do sistema internacional. Pelo contrário, a anarquia seria o campo posto pelos atores e, visto as restrições que ela impõe a eles, faria com que cada um focasse na sua sobrevivência nesta situação.

Os estudiosos do institucionalismo neoliberal também utilizam comparações com a microeconomia, mas em outro sentido. Keohane (2011), afirma que as instituições internacionais seriam uma forma para combater as “falhas de mercado” do sistema internacional, reduzindo a assimetria de informações entre os países e, também, os custos de transação das suas relações. Isto porque as instituições internacionais serviriam como agentes formuladores de normas aplicáveis às relações entre os países.

Assim, verifica-se que o debate central entre estas duas teorias está relacionado ao papel das instituições no sistema internacional. Isto implica em duas divergências entre estas teorias: a questão da cooperação (e o papel das instituições para tal) e a relação das alianças.

5.1.1 A questão da cooperação

O debate central, por muito tempo, em relação à cooperação era se os Estados focavam em ganhos relativos ou ganhos absolutos. Para os neorrealistas, os

Estados focavam nos ganhos relativos, ou seja, na sua posição em relação aos demais na cadeia de poder. Já os neoliberais não negavam a possibilidade de que, em determinadas situações, os ganhos relativos prevaleceriam, mas, em regra, os Estados estavam focados nos ganhos absolutos (a maximização dos benefícios daqueles que cooperam). Esta questão, a princípio, foi reformulada por Keohane, no sentido de que “sob quais condições os Estados empreendem uma cooperação mutuamente benéfica para preservar seu poder e status relativo?”. (SALOMÓN, 1993, p. 16)

Ambas teorias concordam, entretanto no que toca a importância do peso dado aos ganhos relativos, mas dão ênfase em aspectos diferentes. Neorrealistas focam nos ganhos relativos como uma variável independente, assim, isto influencia a relevância e a efetividade das instituições. Altos ganhos relativos deterioram a possibilidade de cooperação e deixam as instituições irrelevantes. Já os neoliberais colocam mais ênfase nas instituições internacionais como uma variável independente, a qual determina até que ponto os ganhos relativos importam. Instituições estáveis fazem com que Estados dêem menos valor aos ganhos relativos. E a partir disto entra outro ponto de discussão entre estas teorias: a formação, a estabilidade e a dissolução de alianças. (1993, p. 8)

5.1.2 O papel das alianças

Para os neorrealistas, as alianças são formadas e mantidas pela relação custo/benefício que os Estados depreendem delas para a sua segurança. Notavelmente as alianças analisadas por estes teóricos são de cunho militar, haja vista a última ratio dos Estados ser a sobrevivência.

A dissolução de uma aliança se dá a partir do momento que os custos dela se tornam maiores que os benefícios. Uma mudança na balança de poder pode alterar a posição dos Estados e o seu poder relativamente aos outros, fazendo com que alinhamentos se modifiquem. Outra razão para a dissolução seria a ameaça que uniu determinados Estados ter desaparecido.

Os neoliberais, por outro lado, pesquisam muito pouco a questão de alianças. Eles tratam muito mais a questão das “alianças” como provenientes da cooperação entre os países, advindas da presença das instituições.

O que mais importa para eles neste quesito é o de que instituições são muito mais custosas para se criar do que para se manter. Assim, tendem a ser muito mais estáveis do que, por exemplo, mudanças nos governos. Isto torna a obediência a ela muito mais racional do que sua dissolução.

Os neoliberais possuem uma falta de hipóteses testáveis sobre o declínio de instituições. Do outro lado, as alianças militares – em sua grande maioria – se dissolveram após a ameaça cessar. O que poderia ser argumentado, entretanto, é o de que alianças militares são uma espécie de instituição.

5.1.3 Lições deste debate

O que pode ser depreendido deste debate para este trabalho é em relação, principalmente, ao rigor teórico e ao papel das instituições – tanto organizações internacionais quanto normas – para a política internacional e para a questão da cooperação.

Vê-se que a teoria neorrealista por muito tenta generalizar as questões das relações internacionais para que possa desenvolver premissas gerais para uma melhor previsão do que irá ocorrer. Entretanto, isto não pode ser tomado completamente em conta. Uma teoria serve para determinados fins e, a partir do momento que tenta generalizar em demasia, acaba por não se atentar às peculiaridades de cada contexto a ser estudado.

O institucionalismo neoliberal, por outro lado, acaba em algumas situações por apenas descrever fatos empíricos que ocorrem no mundo. O poder de predição, portanto, acaba por ser comprometido. Entretanto, como a análise deste trabalho se foca não em previsões, mas sim no que de fato ocorreu e está ocorrendo no âmbito das relações internacionais, esta problemática acaba por não ter um peso excessivamente importante.

Outro ponto a ser analisado é a questão das instituições – agora em específico das normas internacionais. O debate se torna cada vez mais acirrado no quanto e como estas instituições podem influenciar as relações interestatais.

Os neorrealistas afirmam que, por Estados terem como meta a sobrevivência, acabam por não respeitar as normas impostas pelas instituições se isto os comprometer. A cooperação, portanto, acabaria por ser algo frágil e pautado apenas nos ganhos pessoais.

Já os institucionalistas neoliberais veem as instituições como ponto chave para se limitar o ambiente anárquico das relações internacionais. Não havendo uma autoridade central que possa regular todas as questões entre os Estados, as normas internacionais acabam por serem regras, mesmo que não necessariamente explícitas, de como se deve interagir com os outros Estados. Uma eventual quebra destas normas acaba por influenciar em como um Estado é visto perante os demais e, portanto, isto acaba por coibir (claro que não completamente) que isto corra.

Assim, vê-se que para este estudo, assumir que estas normas tendem a ser cumpridas é necessário para um estudo desta questão, principalmente no que toca a importância da diplomacia para a cooperação dos países.

5.2 A QUESTÃO DA DIPLOMACIA PARA OS NEOLIBERAIS

Muitos institucionalistas neoliberais não lidam com a questão da diplomacia de forma expressa. Entretanto, consideram-na como sendo uma instituição internacional, haja vista o seu papel nas relações internacionais.

A diplomacia é tratada como sendo um canal para a formulação de normas internacionais, tratados e acordos entre os países. Isto faz com que o seu papel para a cooperação entre os mesmos seja incontestável.

Mesmo que não seja um assunto recorrente, haja vista as questões referentes à diplomacia (normas, acordos, etc.) serem tratadas de forma apartada, é necessário verificar o papel desta instituição para a cooperação internacional.

Como já demonstrado, o Estado é composto por um conjunto diverso de grupos de interesse. Isto faz com que seus reflexos na política externa sejam notados. Esta política externa é apresentada pelas relações diplomáticas.

O que é interessante se denotar é que, para os neoliberais, a agenda política não possui diferenças entre *high politics*, como a defesa, a segurança e a diplomacia central, e a *low politics*, aqui sendo questões econômicas, de direitos humanos e de meio-ambiente. Isto difere da visão neorrealista, que afirma que o papel do primeiro grupo é de relevância superior ao do segundo grupo, haja vista o objetivo ser a sobrevivência do país. (CAMARGO, JUNQUEIRA, 2013, p. 22)

Não havendo esta divisão de prioridades, vê-se que o papel das relações comerciais, das questões ambientais e de direitos humanos possuem papel tão relevante quanto à segurança nacional. Tal equivalência torna as relações diplomáticas periféricas, como a promoção de acordos comerciais entre países e empresas, mais relevante para o estudo.

Como demonstrado por Kant (2008), para que seja alcançada a paz é necessária uma diplomacia transparente. Isto contraria a visão neorrealista que afirma que os países possuem uma chamada “diplomacia oculta”, a qual pode, de forma traiçoeira, quebrar tratados e normas para atingir os objetivos do país. (ADRIANO, RAMOS, 2012)

Com o aumento da interdependência entre os países (de forma complexa, como já mostrado neste trabalho), o papel de uma democracia transparente se torna cada vez mais relevante. Os países e as instituições internacionais acabam por criar e seguir as normas internacionais acordadas. A quebra da confiança dos países é algo cada vez mais rara entre democracias.

Isto porque os países enquadrados neste sistema político possuem um alto grau de relação entre si. Sanções comerciais decorrentes de uma quebra da boa-fé entre os países pode ter um impacto extremo na economia interna de um país.

Como os políticos tendem a querer se manter no poder, portanto, há uma coação para que tais trapaças não ocorram. Certamente as instituições internacionais, incluindo-se nelas as normas de direito internacional, não irão cerrar esta porta para os países, mas o seu papel para a diminuição disto é inegável.

6. AS EMBAIXADAS E O COMÉRCIO EXTERIOR

A verificação da importância da abertura de uma embaixada para a mudança do intercâmbio comercial entre o Brasil e os países é essencial para verificar até onde a manutenção destas instituições é vantajosa.

Na primeira década dos anos 2000 foram abertas quarenta embaixadas brasileiras no exterior. Este número é muito elevado considerando o total de embaixadas atualmente abertas: 134. Por isto, o questionamento acerca de se isto foi decorrente de uma estratégia comercial do governo ou se foi em razão de grupos de interesse começa a ser feito.

Sabe-se, que para a teoria do institucionalismo neoliberal, a política externa de um país é constituída e apresentada por diversos grupos de interesse. Mesmo assim, é necessário verificar até onde estes grupos influenciam a tomada de decisões e até onde o conhecimento técnico está sendo utilizado.

A importância da diplomacia é posta em xeque. O escopo da diplomacia é aproximar a relação entre os países. O intercâmbio cultural e social muitas vezes se tornam intangíveis para uma mensuração numérica. Entretanto, o intercâmbio comercial pode ser estudado com uma base de dados mais confiável.

Muitos dos países em que foram abertas estas entidades na primeira década dos anos 2000 possuem uma representatividade inferior a 1% quando verificados os valores importados e exportados. Será que isto mudou em decorrência desta abertura?

Esta questão será verificada a seguir, vendo-se o histórico da relação entre os países, o montante exportado e importado nos últimos catorze anos, e o quanto isto mudou após a abertura da representação diplomática.

Outrossim, será verificado quais os principais produtos que compõe este intercâmbio. Isto é importante para se depreender quais os grupos de interesse (e de influência) que podem ter ensejado que tal evento ocorresse.

6.1 DADOS DOS PAÍSES-BASE

Os dados utilizados para a verificação da relação entre embaixadas e a melhora no comércio exterior estão a seguir. Foram utilizados os dados obtidos no site do Ministério das Relações Exteriores em relação ao histórico da relação entre os países, bem como os Decretos presidenciais que instituíram a criação de cada embaixada. Para a análise do montante exportado e importado, foi utilizado o sistema do Ministério do Desenvolvimento do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Por fim, em relação à composição dos principais produtos exportados e importados, foram utilizados os dados do sistema Trade Map – sistema organizado pelo International Trade Centre, órgão das Nações Unidas – verificando quais os cinco principais produtos no ano de 2014. Alguns países não possuíam participação de cinco produtos nesse ano. Para a análise desses casos, portanto, foram verificados os produtos que tiveram participação.

6.1.1 Croácia

6.1.1.1 Histórico de relações

As relações entre o Brasil e a Croácia se iniciaram em 1992, mesmo ano em que o Brasil reconheceu a independência da Croácia da União Soviética. Em 1997, há a abertura da embaixada residente da Croácia em Brasília. No mesmo ano, há a visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Croácia, Mate Granic, ao Brasil. Em 2003 é a vez do Ministro da Cultura brasileiro, Gilberto Gil, visitar Zagreb, inaugurando o Consulado-Honorário da Croácia em São Paulo. Isto se deu pela cidade concentrar a maior colônia croata no país. Em 2006 foi aberta a Embaixada brasileira em Zagreb.

Foram realizadas duas reuniões de consultas políticas bilaterais no Brasil, em 2005 e 2010; e duas na Croácia, em 2007 e 2013. Neste último ano, foi realizada a visita do Chanceler Antonio de Aguiar Patriota à Zagreb para tratar de questões acerca de acordos nas áreas de fluxos comerciais e investimentos, bem como na área de energia, turismo e cooperação educacional e cultural. O chanceler brasileiro foi a primeira autoridade estrangeira a visitar a Croácia após a sua adesão à União Europeia.

6.1.1.2 Dados de exportações e importações

Como se pode retirar dos valores abaixo, as exportações brasileiras sofreram um grande aumento do ano de 2006 até 2012, com exceção do ano de 2009. Isto pode ser ocasionado pela crise europeia que assolou diversos países nos últimos anos e ainda perdura. Após este ano, os valores tiveram uma forte queda devido ao ajuste que está ocorrendo no Brasil nestes últimos dois anos.

Com relação as importações, vemos que em 2007 elas sofreram uma leve queda, mas nos anos seguintes, até 2012, continuaram a crescer.

Tabela 1 – Comércio do Brasil com a Croácia – 2000 a 2014⁵

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var.%	Part. %*	US\$ FOB (B)	Var.%	Part. %**	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTUR A (A/B)
2000	24.084.842	0,00	0,04	1.127.156	0,00	0,00	22.957.686	25.211.998	21,37
2001	41.371.029	71,77	0,07	4.505.572	299,73	0,01	36.865.457	45.876.601	9,18
2002	29.198.712	-29,42	0,05	736.775	-83,65	0,00	28.461.937	29.935.487	39,63
2003	57.339.118	96,38	0,08	13.556.010	1739,91	0,03	43.783.108	70.895.128	4,23
2004	69.833.759	21,79	0,07	1.334.573	-90,16	0,00	68.499.186	71.168.332	52,33
2005	88.385.869	26,57	0,07	3.349.971	151,01	0,00	85.035.898	91.735.840	26,38
2006	87.694.133	-0,78	0,06	11.410.402	240,61	0,01	76.283.731	99.104.535	7,69
2007	137.548.205	56,85	0,09	6.736.784	-40,96	0,01	130.811.421	144.284.989	20,42
2008	199.283.348	44,88	0,10	12.646.887	87,73	0,01	186.636.461	211.930.235	15,76
2009	152.318.693	-23,57	0,10	15.078.990	19,23	0,01	137.239.703	167.397.683	10,10
2010	189.082.220	24,14	0,09	23.540.669	56,12	0,01	165.541.551	212.622.889	8,03
2011	222.944.459	17,91	0,09	34.301.554	45,71	0,02	188.642.905	257.246.013	6,50
2012	242.206.232	8,64	0,10	41.064.341	19,72	0,02	201.141.891	283.270.573	5,90
2013	180.704.899	-25,39	0,07	35.937.124	-12,49	0,01	144.767.775	216.642.023	5,03
2014	61.544.960	-65,94	0,03	20.646.223	-42,55	0,01	40.898.737	82.191.183	2,98

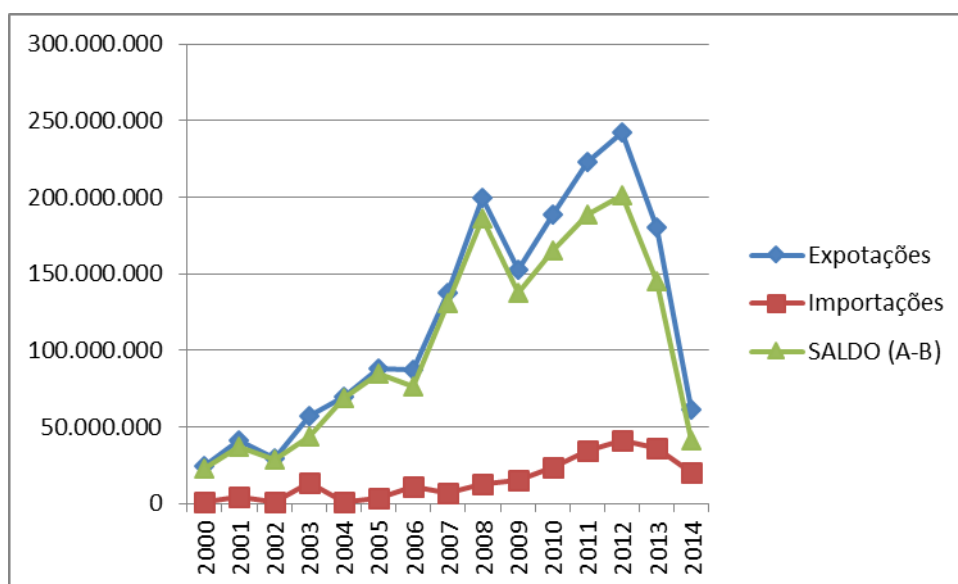
Fonte: o autor, 2015.

O gráfico abaixo demonstra como esta queda foi abrupta a partir do ano de 2012. A relação entre estes países ficou muito prejudicada pela conjuntura econômica.

⁵ * Este valor representa a participação do país para o total de exportações brasileiras

** Este valor representa a participação do país para o total de importações brasileiras

Gráfico 1 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Croácia



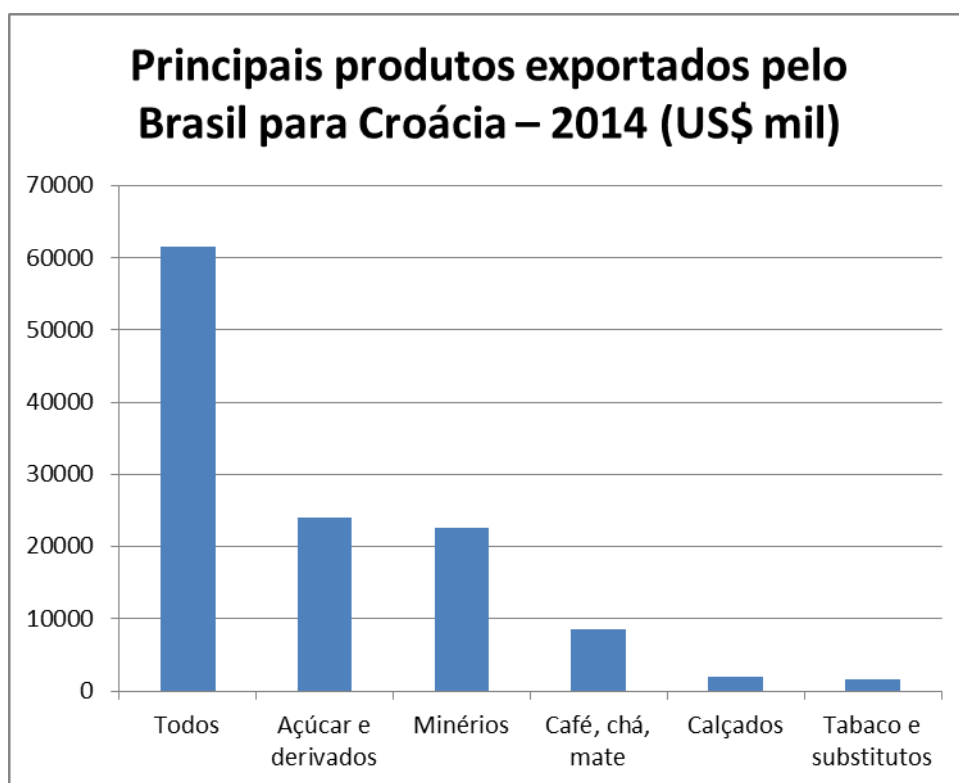
Fonte: o autor, 2015.

A Croácia é um dos países mais representativos em relação a valores exportados dentre os analisados neste trabalho. Pode-se ver que sua participação chegou, em 2012, a superar o valor de 280 milhões de dólares. Mesmo assim, sua participação no total de exportações é baixa: apenas 0,1% do total exportado pelo Brasil.

6.1.1.3 Principais produtos

Os principais produtos exportados pelo Brasil para Croácia são: Açúcar e derivados; minérios; café, chá e mate; calçados; tabaco e substitutos. Vê-se a manutenção da visão de que o Brasil, apesar de ser um grande exportador e uma das maiores economias do mundo, acaba por comercializar produtos de baixo valor agregado, principalmente matérias-primas e produtos da indústria de base.

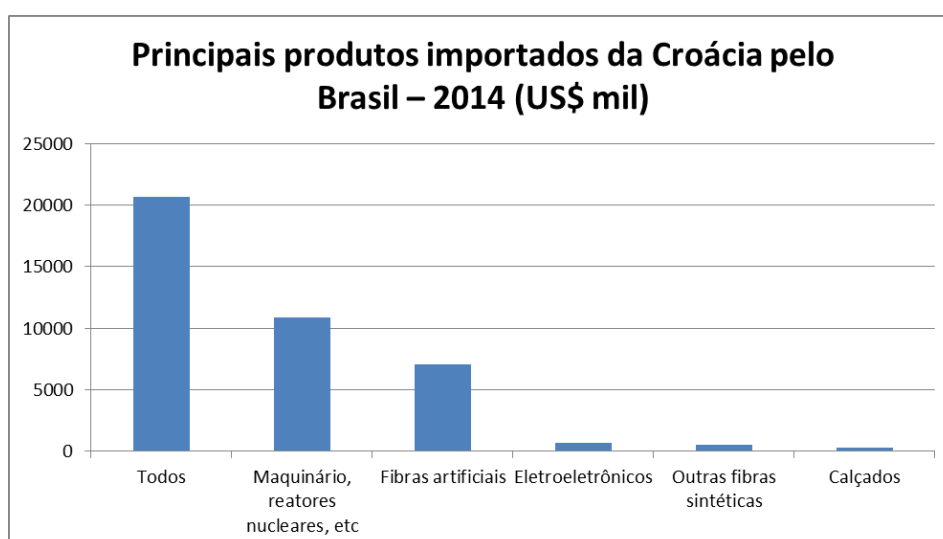
Gráfico 2 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a Croácia – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Como se verifica no gráfico acima, no ano de 2014, o valor dos produtos exportados chegou a 60 milhões de dólares. Entretanto, isto está muito concentrado principalmente em produtos relacionados ao açúcar e minérios.

Gráfico 3 – Principais produtos importados da Croácia pelo Brasil – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Os principais produtos importados pelo Brasil da Croácia são relacionados a máquinas, fibras artificiais, eletroeletrônicos, outras fibras sintéticas e calçados. Mantem-se, portanto, a visão de que o Brasil acaba por importar produtos industrializados.

O total destas importações se concentra principalmente em máquinas e fibras artificiais.

6.1.2 Eslováquia

6.1.2.1 Histórico de relações

O Brasil reconheceu a independência da Tchecoslováquia em 1918. Em 1992, a Eslováquia (ou República Eslovaca) se declarou um Estado soberano e independente da União Soviética. O Brasil reconheceu tal declaração em 1993 e assim se iniciou a relação entre estes dois países.

Foram realizadas diversas visitas de autoridades eslovacas ao Brasil e brasileira à Eslováquia. Em 1996, o Ministro da Guerra, General Zenildo Lucena, visitou a Eslováquia. Em 1997, 1998 e 2001 houveram visitas ao Brasil, respectivamente, do Ministro da Defesa; do Ministro dos Negócio Estrangeiros; e do Presidente eslovaco. Em 2002, o presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Eslováquia.

No ano de 2004 houve a abertura do Consulado Honorário do Brasil em Bratislava e, três anos depois, foi aberta a Embaixada Brasileira em Bratislava. Tal Embaixada possui papel de amenizar o déficit no comércio bilateral brasileiro com a Eslováquia, divulgando oportunidades de negócios em solo brasileiro e promovendo o turismo e investimento no país. Ela também possui papel para divulgação da cultura brasileira, havendo um bom interesse local, como na mostra de arquitetura modernista e contemporânea brasileira em Bratislava em 2013.

Neste mesmo ano, houveram visitas do Ministro da Defesa eslovaco ao Brasil, e dos Ministros das Relações Exteriores e da Defesa à Eslováquia.

6.1.2.2 Dados de exportações e importações

Como já relatado anteriormente e exposto nos dados abaixo, a relação do Brasil com a Eslováquia é deficitária. As importações superam – e muito – as exportações.

Tabela 2 – Comércio do Brasil com a Eslováquia – 2000 a 2014⁶

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var.%	Part. %*	US\$ FOB (B)	Var.%	Part. %**	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTUR A (A/B)
2000	2.798.876	0,00	0,01	6.931.517	0,00	0,01	-4.132.641	9.730.393	0,40
2001	4.048.157	44,64	0,01	7.649.517	10,36	0,01	-3.601.360	11.697.674	0,53
2002	6.128.643	51,39	0,01	10.615.822	38,78	0,02	-4.487.179	16.744.465	0,58
2003	23.192.243	278,42	0,03	12.511.854	17,86	0,03	10.680.389	35.704.097	1,85
2004	38.572.284	66,32	0,04	22.378.692	78,86	0,04	16.193.592	60.950.976	1,72
2005	21.026.111	-45,49	0,02	31.608.860	41,25	0,04	-10.582.749	52.634.971	0,67
2006	20.797.841	-1,09	0,02	38.006.243	20,24	0,04	-17.208.402	58.804.084	0,55
2007	22.304.229	7,24	0,01	75.302.391	98,13	0,06	-52.998.162	97.606.620	0,30
2008	18.597.468	-16,62	0,01	141.006.977	87,25	0,08	-122.409.509	159.604.445	0,13
2009	17.985.018	-3,29	0,01	73.537.020	-47,85	0,06	-55.552.002	91.522.038	0,24
2010	18.355.535	2,06	0,01	155.599.742	111,59	0,09	-137.244.207	173.955.277	0,12
2011	32.180.589	75,32	0,01	158.219.014	1,68	0,07	-126.038.425	190.399.603	0,20
2012	32.555.338	1,16	0,01	138.525.563	-12,45	0,06	-105.970.225	171.080.901	0,24
2013	27.163.693	-16,56	0,01	170.660.287	23,20	0,07	-143.496.594	197.823.980	0,16
2014	24.663.688	-9,20	0,01	141.176.959	-17,28	0,06	-116.513.271	165.840.647	0,17

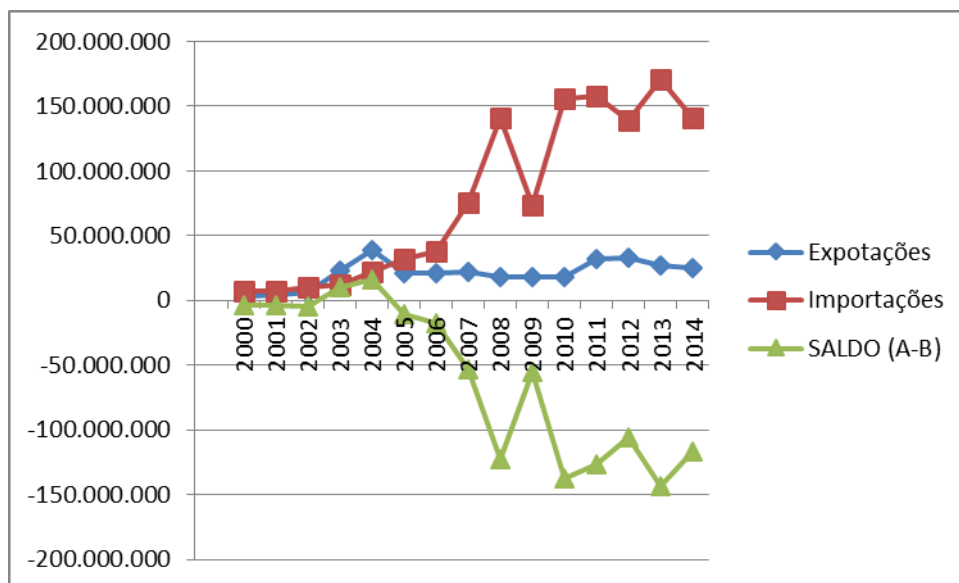
Fonte: o autor, 2015.

Mesmo com a abertura da Embaixada brasileira em Brastislava no ano de 2007, isto não se alterou significativamente. Os valores de exportações continuaram modestos e superados em grande quantidade pelas importações. O gráfico abaixo mostra esta disparidade gritante.

⁶ * Este valor representa a participação do país para o total de exportações brasileiras

** Este valor representa a participação do país para o total de importações brasileiras

Gráfico 4 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Eslováquia



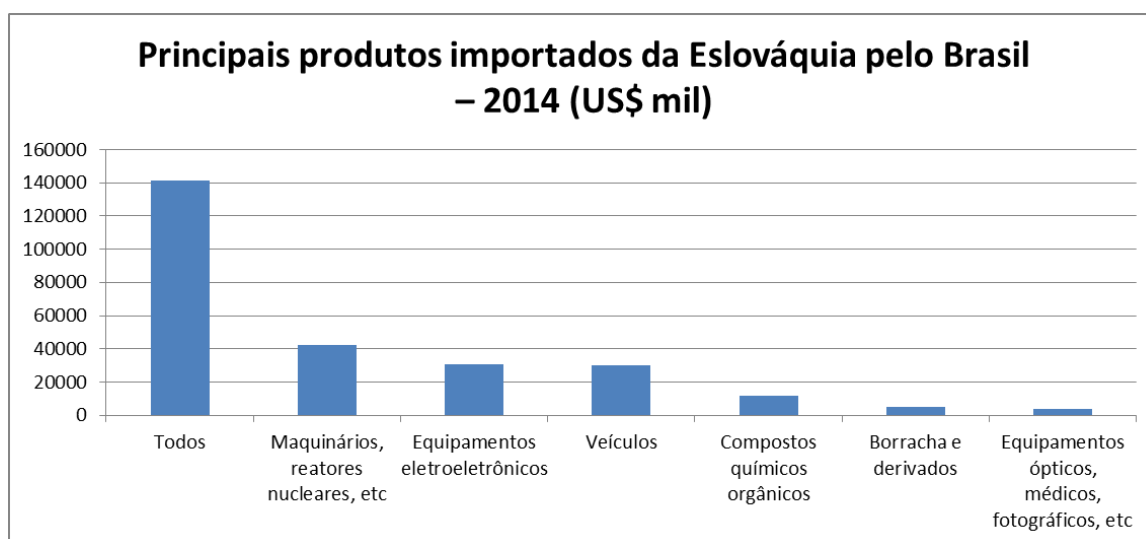
Fonte: o autor, 2015.

De qualquer modo, como observado no valor corrente das relações comerciais, vê-se que desde a abertura da embaixada a soma das importações e exportações cresceram bastante. Com exceção de 2009, um ano marcado pelas crises europeias, todos os outros anos possuíram um valor corrente superior a 150 milhões de dólares.

6.1.2.3 Principais produtos

A relação entre o Brasil e a Eslováquia, em se tratando da composição dos produtos comercializados, é um pouco diferente do outro país europeu analisado neste trabalho.

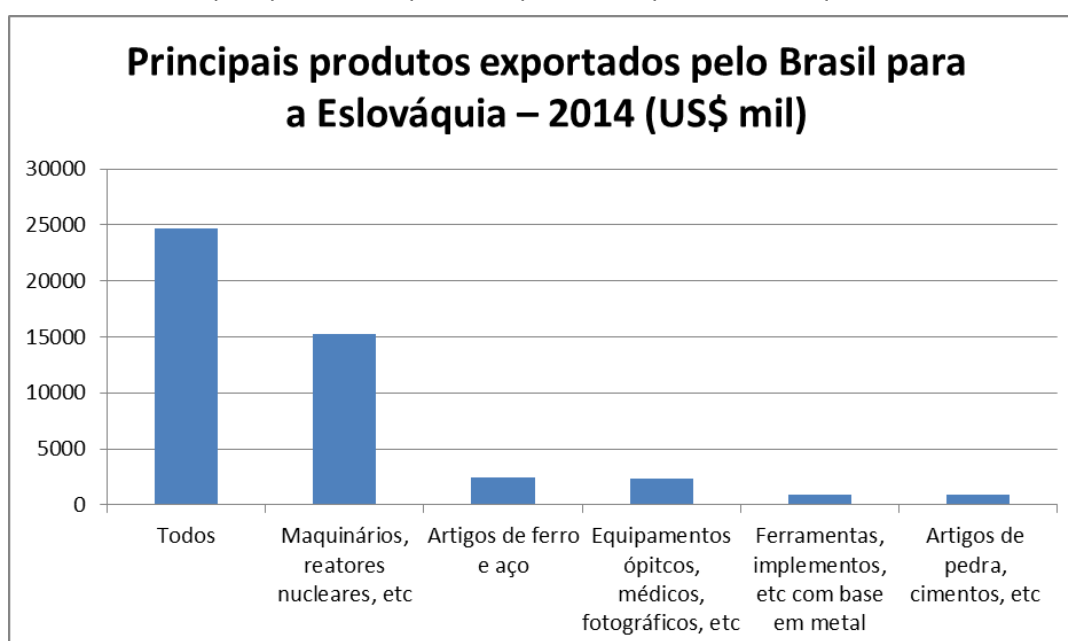
Gráfico 5 – Principais produtos importados da Eslováquia pelo Brasil – 2014



Fonte: o autor, 2015.

O gráfico acima mostra que as importações brasileira segue o mesmo padrão anterior de produtos industrializados, especialmente de maquinário, eletroeletrônicos e veículos, sendo estes quase que a totalidade dos valores de 2014.

Gráfico 5 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a Eslováquia – 2014



Fonte: o autor, 2015.

O gráfico acima, entretanto, demonstra uma diferença do geralmente observado com os países europeus. O Brasil, ao invés de ter concentrado exportações em produtos de menor valor, concentra suas exportações principalmente em maquinário.

6.1.3 Etiópia

6.1.3.1 Histórico de relações

As relações brasileiras com a Etiópia iniciaram em 1951 com a abertura da Legação do Brasil junto ao Império da Etiópia no Cairo. Em 1960 foi aberta a embaixada brasileira em Adis Abeba, mas esta encerrou suas atividades no final da mesma década.

Em 2005 houve a reabertura desta embaixada e, conseqüentemente, um estreitamento entre estes países. Em 2011 a Embaixada da Etiópia no Brasil também foi reaberta e no ano seguinte diversas visitas foram realizadas entre os países.

Houve visita do Instituto Etíope de Pesquisa Agrícola à Embrapa em fevereiro. Em março, a ABC e a Embrapa visitaram a Etiópia. Em abril, o Ministro do Desenvolvimento Urbano e Construção da Etiópia visitou o Brasil, e o Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitou a Etiópia. O Primeiro-ministro etíope visitou o Brasil em junho para participar do Rio+20 e em dezembro foi realizada visita pelo Ministro das Finanças ao Brasil.

A manutenção de relações diplomáticas com a Etiópia se faz importante não apenas pela questão comercial, mas também pela representatividade do país no continente africano. É a décima maior economia do continente e o segundo país mais populoso. Em Adis Abeba, ainda, fica a sede da União Africana e da Comissão Econômica das Nações Unidas para África. Assim, a representatividade diplomática da capital etíope é de suma relevância para as relações com o continente.

6.1.3.2 Dados de exportações e importações

As exportações e importações etíopes possuíam um valor bem modesto até 2003. Após este ano, vê-se um grande aumento nas exportações, mantido até 2007. Entre este ano e o ano de 2013, os valores exportados tiveram variações bem abruptas. E, em 2014, houve a maior queda do período analisado.

Tabela 3 – Comércio do Brasil com a Etiópia – 2000 a 2014⁷

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. %*	US\$ FOB (B)	Var. %	Part. %**	SALDO (A-B)	RENTABILIDADE (A/B)	COBERTURA (A/B)
2000	8.348.252	0,00	0,02	60.719	0,00	0,00	8.287.533	8.408.971	137,49
2001	13.776.234	65,02	0,02	73.746	21,45	0,00	13.702.488	13.849.980	186,81
2002	13.206.304	-4,14	0,02	20.611	-72,05	0,00	13.185.693	13.226.915	640,74
2003	8.214.984	-37,79	0,01	22.049	6,98	0,00	8.192.935	8.237.033	372,58
2004	22.848.203	178,13	0,02	367.499	1566,74	0,00	22.480.704	23.215.702	62,17
2005	35.371.856	54,81	0,03	139.884	-61,94	0,00	35.231.972	35.511.740	252,87
2006	54.554.188	54,23	0,04	42.619	-69,53	0,00	54.511.569	54.596.807	1280,04
2007	37.409.083	-31,43	0,02	36.504	-14,35	0,00	37.372.579	37.445.587	1024,79
2008	32.912.732	-12,02	0,02	30.511	-16,42	0,00	32.882.221	32.943.243	1078,72
2009	47.884.126	45,49	0,03	38.098	24,87	0,00	47.846.028	47.922.224	1256,87
2010	48.420.922	1,12	0,02	37.129	-2,54	0,00	48.383.793	48.458.051	1304,13
2011	34.234.853	-29,30	0,01	54.558	46,94	0,00	34.180.295	34.289.411	627,49
2012	55.184.176	61,19	0,02	166.260	204,74	0,00	55.017.916	55.350.436	331,91
2013	62.749.650	13,71	0,03	64.281	-61,34	0,00	62.685.369	62.813.931	976,18
2014	20.643.328	-67,10	0,01	143.300	122,93	0,00	20.500.028	20.786.628	144,06

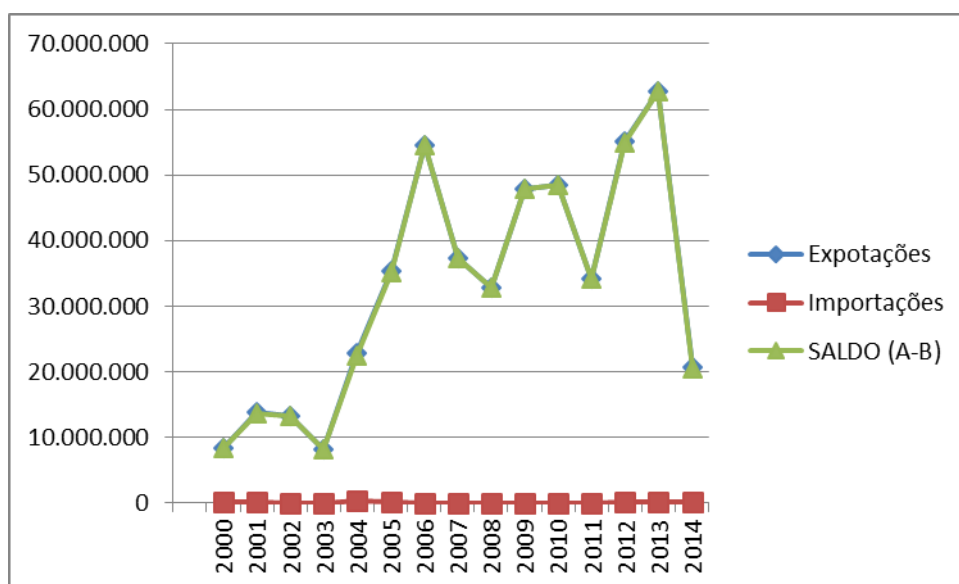
Fonte: o autor, 2015.

Os valores importados pelo Brasil da Etiópia são bem módicos, como pode ser visto no gráfico abaixo. Enquanto as exportações somaram valores nas casas dos milhões de dólares, as importações ficaram com um pico de quatrocentos mil dólares.

⁷ * Este valor representa a participação do país para o total de exportações brasileiras

** Este valor representa a participação do país para o total de importações brasileiras

Gráfico 7 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Etiópia



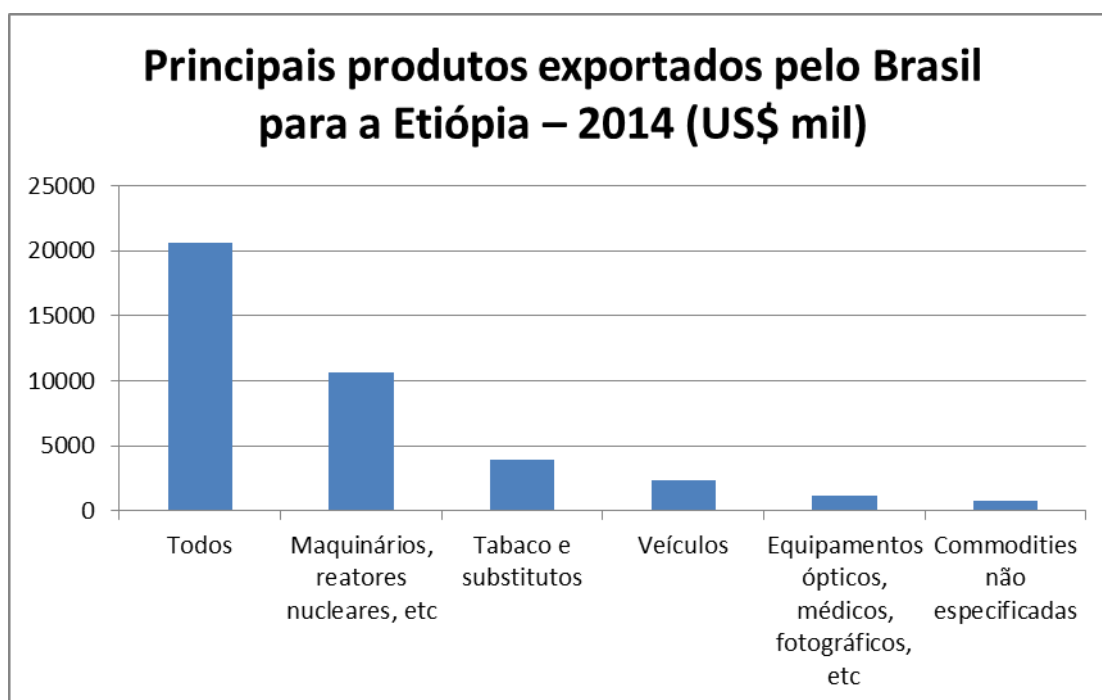
Fonte: o autor, 2015.

Como pode ser visto na tabela e gráficos analisados, o começo do aumento das exportações ocorreu antes da abertura da embaixada. As variações positivas contínuas só conseguiram ser mantidas por mais um ano, seguidas das variações já relatadas. O pico do somatório de importações e exportações ocorreu em 2013, quando ultrapassaram os sessenta milhões de dólares.

6.1.3.3 Principais produtos

Os produtos exportados e importados para e da Etiópia são bem variados. Em ambos os casos os produtos principais são industrializados, mas fazem parte também da lista dos cinco principais alguns produtos não industrializados, como tabaco e peles.

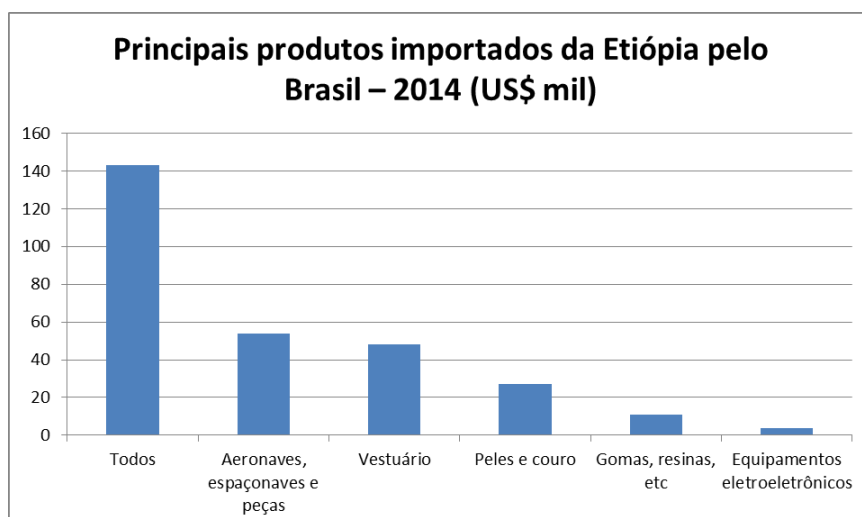
Gráfico 8 – principais produtos exportados pelo Brasil para a Etiópia – 2014



Fonte: o autor, 2015.

O que chama a atenção na questão das exportações é que, mesmo havendo uma disparidade tão grande entre as economias destes países, o Brasil não conseguiu se impor como um exportador estritamente de produtos de maior valor agregado, compondo ainda o tabaco e as commodities.

Gráfico 9 – Principais produtos importados da Etiópia pelo Brasil – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Nas importações, o que chama a atenção é o principal produto importado pelo Brasil ser relacionado a aeronaves. Em uma primeira análise, pensa-se que tais produtos são presentes principalmente nas relações com o eixo Estados Unidos-Europa. Isto mostra que, mesmo países considerados como periféricos e com colonizações e independências mais recentes que o Brasil podem produzir e exportar produtos de alto valor agregado.

6.1.4 Sudão

6.1.4.1 Histórico de relações

As relações com o Sudão iniciaram em 1968, mas a relevância deste relacionamento ganhou mais peso apenas na década de 2000. Em 2003, os Ministros dos Transportes e da Educação do Sudão visitaram em Brasil. No ano seguinte houve a abertura da Embaixada do Sudão em Brasília, sendo a primeira do país na América do Sul.

Em 2005 o Sudão participou da I Cúpula América do Sul – Países Árabes. No ano seguinte, houve a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica Bilateral, do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas e também foi realizada, em Brasília, a I Reunião Bilateral de Consultas Políticas.

No mesmo ano, 2006, foi aberta a Embaixada do Brasil em Cartum, através do Decreto nº 5.590/2005.

Em 2007, 2009 e 2011 foram realizadas novas Reuniões Bilaterais de Consultas Políticas. Em 2011 ainda foi criado o Comitê Interministerial Brasil-Sudão, com o intuito de estreitar ainda mais as relações entre os países. Em 2013 o Brasil perdoou 90% da dívida do Sudão e assinou o projeto entre a Agência Brasileira de Cooperação e o governo do Sudão, com o objetivo de estabelecer biofábrica para a multiplicação de mudas de cana-de-açúcar no país.

6.1.4.2 Dados de exportações e importações

A relação com o Sudão teve dois grandes picos de crescimento. O primeiro, no ano de 2003, logo em seguida a visita dos Ministros sudaneses ao Brasil. E, novamente, em 2006, com a abertura da Embaixada brasileira no Sudão. Mesmo assim, esta última fase de crescimento perdurou por pouco tempo, sendo seguida por quedas sequenciais principalmente nos valores exportados.

Tabela 4 – Comércio do Brasil com o Sudão – 2000 a 2014⁸

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. %*	US\$ FOB (B)	Var. %	Part. %**	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTUR A (A/B)
2000	2.317.585	0,00	0,00	389.576	0,00	0,00	1.928.009	2.707.161	5,95
2001	8.152.795	251,78	0,01	132.622	-65,96	0,00	8.020.173	8.285.417	61,47
2002	14.954.935	83,43	0,02	15.456	-88,35	0,00	14.939.479	14.970.391	967,58
2003	7.962.374	-46,76	0,01	31.487	103,72	0,00	7.930.887	7.993.861	252,88
2004	48.945.151	514,71	0,05	187.321	494,92	0,00	48.757.830	49.132.472	261,29
2005	69.348.105	41,69	0,06	70.501	-62,36	0,00	69.277.604	69.418.606	983,65
2006	79.816.039	15,09	0,06	81.473	15,56	0,00	79.734.566	79.897.512	979,66
2007	46.885.912	-41,26	0,03	192.954	136,83	0,00	46.692.958	47.078.866	242,99
2008	50.830.561	8,41	0,03	311.620	61,50	0,00	50.518.941	51.142.181	163,12
2009	97.340.079	91,50	0,06	44.991	-85,56	0,00	97.295.088	97.385.070	2163,55
2010	100.471.636	3,22	0,05	41.624	-7,48	0,00	100.430.012	100.513.260	2413,79
2011	97.238.239	-3,22	0,04	63.440	52,41	0,00	97.174.799	97.301.679	1532,76
2012	81.792.984	-15,88	0,03	125.128	97,24	0,00	81.667.856	81.918.112	653,67
2013	53.633.865	-34,43	0,02	245.793	96,43	0,00	53.388.072	53.879.658	218,21
2014	16.942.148	-68,41	0,01	425.899	73,28	0,00	16.516.249	17.368.047	39,78

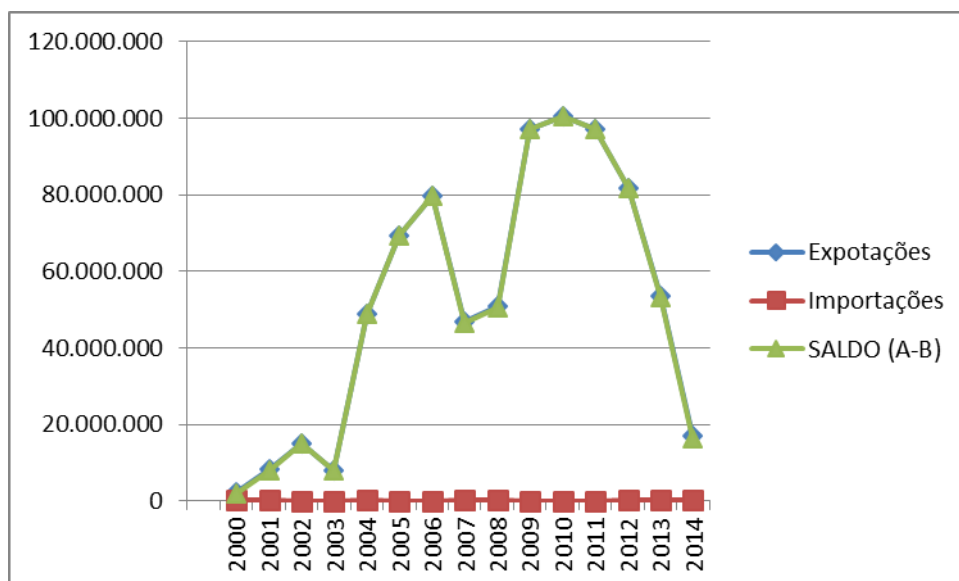
Fonte: o autor, 2015.

Como o gráfico abaixo demonstra, as relações com o Sudão são especialmente superavitárias. As importações brasileiras deste país não somam valores expressivos, sendo seu pico em 2014, não chegando a casa do meio milhão de dólares.

⁸ * Este valor representa a participação do país para o total de exportações brasileiras

** Este valor representa a participação do país para o total de importações brasileiras

Gráfico 10 – Exportações, importações e saldo do Brasil com o Sudão



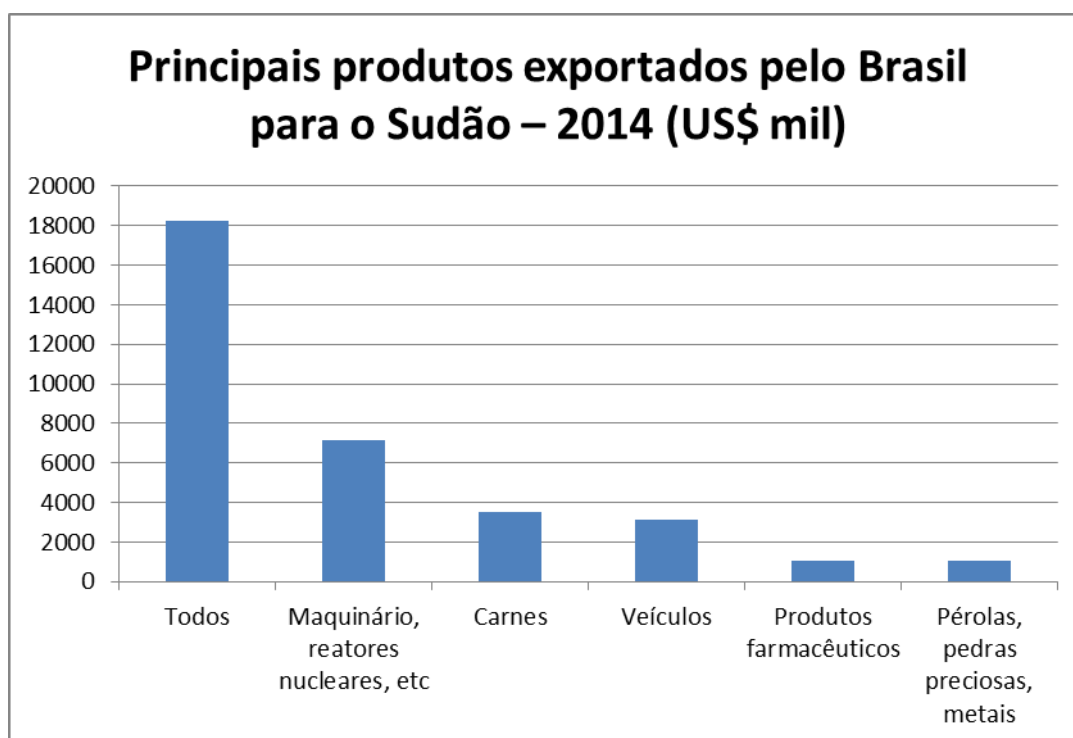
Fonte: o autor, 2015.

De qualquer forma, as exportações puxam os valores desta relação para cima, chegando ao seu pico em 2010, chegando ao valor de cem milhões de dólares.

6.1.4.3 Principais produtos

A relação dos produtos exportados pelo Brasil ao Sudão é concentrada principalmente em produtos de maior valor agregado, como maquinário e veículos. Mesmo assim, ainda há a presença de carnes e pedras preciosas nesta cesta, sendo este produto interessante por ser considerado um produto de luxo, demonstrando que uma parcela da população do Sudão possui uma renda elevada.

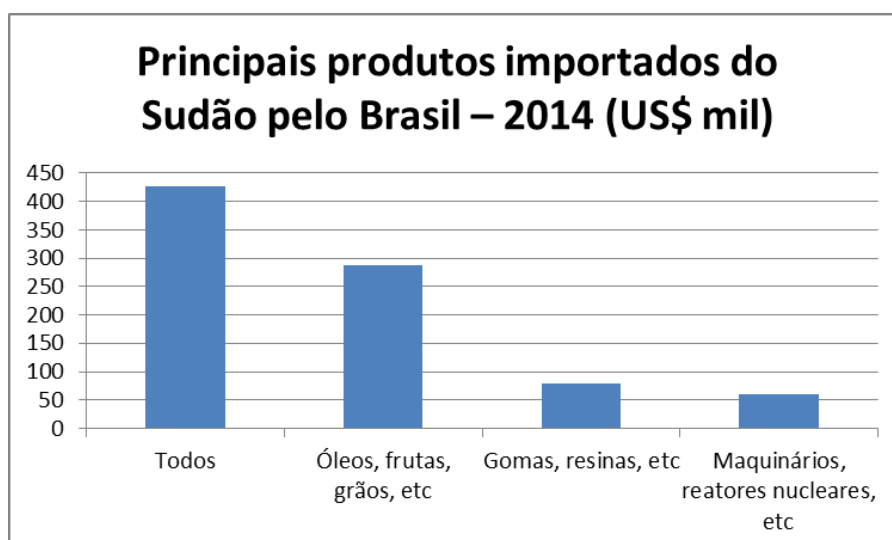
Gráfico 11 – Principais produtos exportados pelo Brasil para o Sudão – 2014



Fonte: o autor, 2015.

As importações desta País se concentraram em apenas três produtos no ano de 2014, sendo os valores quase que em sua totalidade concentrado nos dois produtos de menor valor agregado.

Gráfico 12 – Principais produtos importados do Sudão pelo Brasil – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Com isto, verifica-se que a relação entre o Brasil e o Sudão, mesmo que não havendo grande representatividade em valores relativos, mostra-se como superavitária e concentrada principalmente em produtos de maior valor agregado.

6.1.5 Guiné Equatorial

6.1.5.1 Histórico de relações

As relações com a Guiné Equatorial se iniciaram em 1974. Entre este ano e 2005 as visitas de autoridades de ambos os países foram esparsas. Em 2006, com a abertura da Embaixada do Brasil em Malabo através do Decreto nº 5589/2005, as relações se estreitaram.

No ano seguinte o presidente da Guiné Equatorial anunciou que iria adotar o português como terceira língua oficial para satisfazer os requisitos para ingressar na Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Em 2008 foi realizada reunião entre os presidentes de ambos os países em Brasília. Nos anos seguintes, de 2009 à 2012, foram realizadas diversas visitas de autoridades brasileiras à Guiné Equatorial. Em 2013 o Ministro de Negócios Estrangeiros guinéu-equatoriano visitou o Brasil. No mesmo ano, a Presidente Dilma Rousseff participa da III Cúpula América do Sul-África (ASA) realizada no país.

6.1.5.2 Dados de exportações e importações

A relação entre o Brasil e a Guiné Equatorial é uma das mais importantes das analisadas neste trabalho. Mesmo que as exportações não se mostrem com valores extremamente relevantes, em sentido bruto, vê-se que os valores importados são de grande importância.

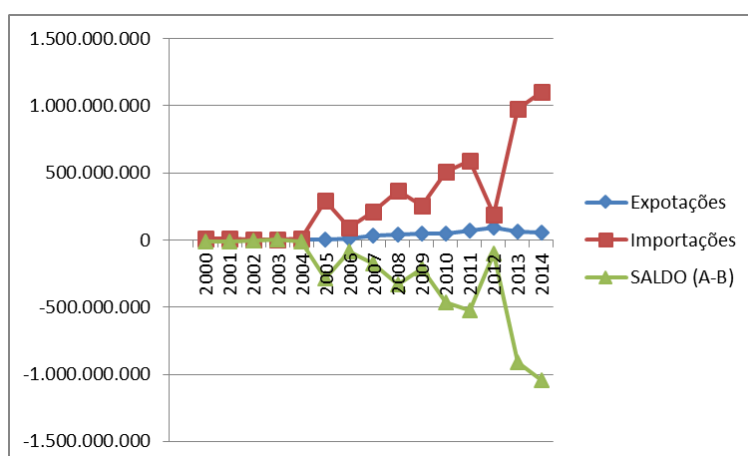
Tabela 5 – Comércio do Brasil com a Guiné Equatorial – 2000 a 2014⁹

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. %*	US\$ FOB (B)	Var. %	Part. %**	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTUR A (A/B)
2000	242.648	0,00	0,00	9.697.009	0,00	0,02	-9.454.361	9.939.657	0,03
2001	287.903	18,65	0,00	10.143.222	4,60	0,02	-9.855.319	10.431.125	0,03
2002	3.491.442	1112,71	0,01	4.170.255	-58,89	0,01	-678.813	7.661.697	0,84
2003	2.649.443	-24,12	0,00	10	-100,00	0,00	2.649.433	2.649.453	264944,30
2004	3.577.656	35,03	0,00	13.604.204	136041940,00	0,02	-10.026.548	17.181.860	0,26
2005	6.860.419	91,76	0,01	290.678.306	2036,68	0,39	-283.817.887	297.538.725	0,02
2006	10.567.726	54,04	0,01	92.840.200	-68,06	0,10	-82.272.474	103.407.926	0,11
2007	34.498.544	226,45	0,02	209.454.673	125,61	0,17	-174.956.129	243.953.217	0,16
2008	41.829.654	21,25	0,02	369.395.201	76,36	0,21	-327.565.547	411.224.855	0,11
2009	45.434.422	8,62	0,03	257.542.786	-30,28	0,20	-212.108.364	302.977.208	0,18
2010	47.422.218	4,38	0,02	509.999.481	98,03	0,28	-462.577.263	557.421.699	0,09
2011	67.184.359	41,67	0,03	588.142.049	15,32	0,26	-520.957.690	655.326.408	0,11
2012	90.540.407	34,76	0,04	188.873.906	-67,89	0,08	-98.333.499	279.414.313	0,48
2013	62.743.672	-30,70	0,03	975.260.387	416,36	0,41	-912.516.715	1.038.004.059	0,06
2014	56.354.704	-10,18	0,03	1.103.739.909	13,17	0,48	-1.047.385.205	1.160.094.613	0,05

Fonte: o autor, 2015.

A relação entre estes dois países se iniciou de uma maneira mais forte a partir do ano de 2005, ano no qual foi decretada a abertura da Embaixada brasileira em Malabo. A partir deste ano, mesmo havendo algumas quedas, principalmente a do ano de 2012, as importações sempre somaram valores na casa das centenas de milhões.

Gráfico 13 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Guiné Equatorial



Fonte: o autor, 2015.

⁹ * Este valor representa a participação do país para o total de exportações brasileiras

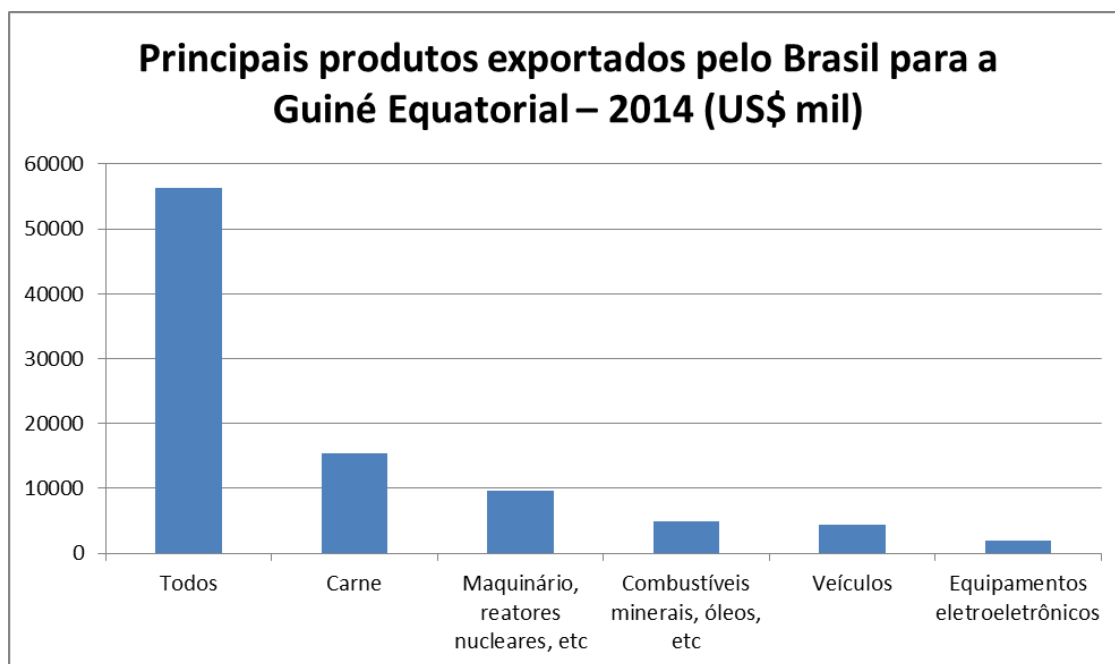
** Este valor representa a participação do país para o total de importações brasileiras

O que chama atenção no gráfico acima é que, diferentemente do que aconteceu nos outros países, a partir de 2013 houve um grande aumento do somatório de exportações e importações. Em 2014, ano do pico, este somatório chegou a ultrapassar a casa do 1,1 bilhão de dólares.

6.1.5.3 Principais produtos

Os principais produtos da relação entre o Brasil e a Guiné Equatorial são, em valores absolutos, os combustíveis, seguidos da carne. Mesmo a carne estando incluída, ela é a única representante do setor agropecuário nesta relação.

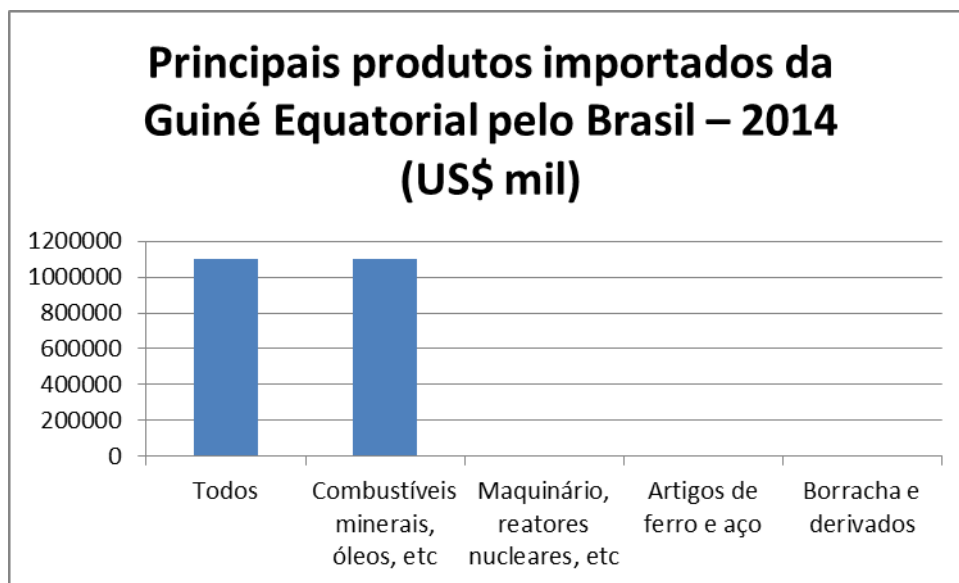
Gráfico 14 – Principais produtos exportados pelo Brasil para a Guiné Equatorial – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Como se vê no gráfico acima, não há uma grande concentração em apenas um produto nos valores exportados pelo Brasil. O que se observa é uma distribuição bem mais uniforme do que em muitos dos outros países analisados.

Gráfico 15 – Principais produtos importados da Guiné Equatorial pelo Brasil – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Já no gráfico acima, o que se verifica é uma situação completamente diferente das importações. A concentração é quase que total nos produtos relativos a combustíveis.

6.1 Dominica

6.1.6.1 Histórico de relações

A relação entre o Brasil e Dominica é muito recente. A independência deste país só foi proclamada e reconhecida pelos outros países em 1978. Não houve nenhum acordo relevante ou visita de autoridades brasileiras a Dominica e vice-versa. A Embaixada brasileira em Roseau foi instituída em 2009, através do Decreto nº 6775/2009.

6.1.6.2 Dados de exportações e importações

Mesmo o saldo entre o Brasil e Dominica sendo positivo para o Brasil, os valores não são muito representativos. A maior variação, de qualquer modo, ocorreu, nas exportações, no ano de 2004; e, nas importações, no ano de 2001. Entretanto, como os valores brutos são baixos, tais variações não representam, em absoluto, uma grande diferença.

Tabela 6 – Comércio do Brasil com a Dominica – 2000 a 2014¹⁰

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. %*	US\$ FOB (B)	Var. %	Part. %**	SALDO (A-B)	RENTES (A+B)	COBERTURA (A/B)
2000	773.519	0,00	0,00	102	0,00	0,00	773.417	773.621	7583,52
2001	800.698	3,51	0,00	11.614	11286,27	0,00	789.084	812.312	68,94
2002	966.676	20,73	0,00	1.046	-90,99	0,00	965.630	967.722	924,16
2003	1.223.443	26,56	0,00	5.687	443,69	0,00	1.217.756	1.229.130	215,13
2004	2.963.332	142,21	0,00	503.988	8762,11	0,00	2.459.344	3.467.320	5,88
2005	1.888.003	-36,29	0,00	320.050	-36,50	0,00	1.567.953	2.208.053	5,90
2006	1.205.185	-36,17	0,00	222.773	-30,39	0,00	982.412	1.427.958	5,41
2007	2.411.690	100,11	0,00	11.671	-94,76	0,00	2.400.019	2.423.361	206,64
2008	2.927.400	21,38	0,00	11.549	-1,05	0,00	2.915.851	2.938.949	253,48
2009	2.758.923	-5,76	0,00	16.970	46,94	0,00	2.741.953	2.775.893	162,58
2010	3.338.054	20,99	0,00	39.095	130,38	0,00	3.298.959	3.377.149	85,38
2011	2.825.139	-15,37	0,00	12.284	-68,58	0,00	2.812.855	2.837.423	229,99
2012	2.931.657	3,77	0,00	36.217	194,83	0,00	2.895.440	2.967.874	80,95
2013	3.980.199	35,77	0,00	14.900	-58,86	0,00	3.965.299	3.995.099	267,13
2014	3.679.480	-7,56	0,00	146.442	882,83	0,00	3.533.038	3.825.922	25,13

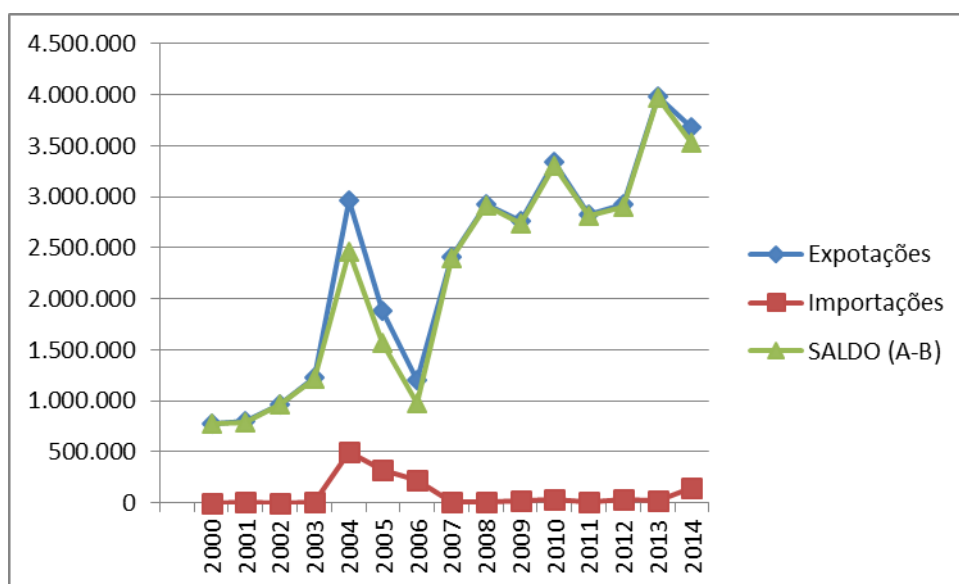
Fonte: o autor, 2015.

Na tabela acima, vê-se que o maior valor de exportações foi próximo de quatro milhões de dólares. Já nas importações este valor foi muito menor, não ultrapassando a casa do meio milhão de dólares.

¹⁰ * Este valor representa a participação do país para o total de exportações brasileiras

** Este valor representa a participação do país para o total de importações brasileiras

Gráfico 16 – Exportações, importações e saldo do Brasil com a Dominica



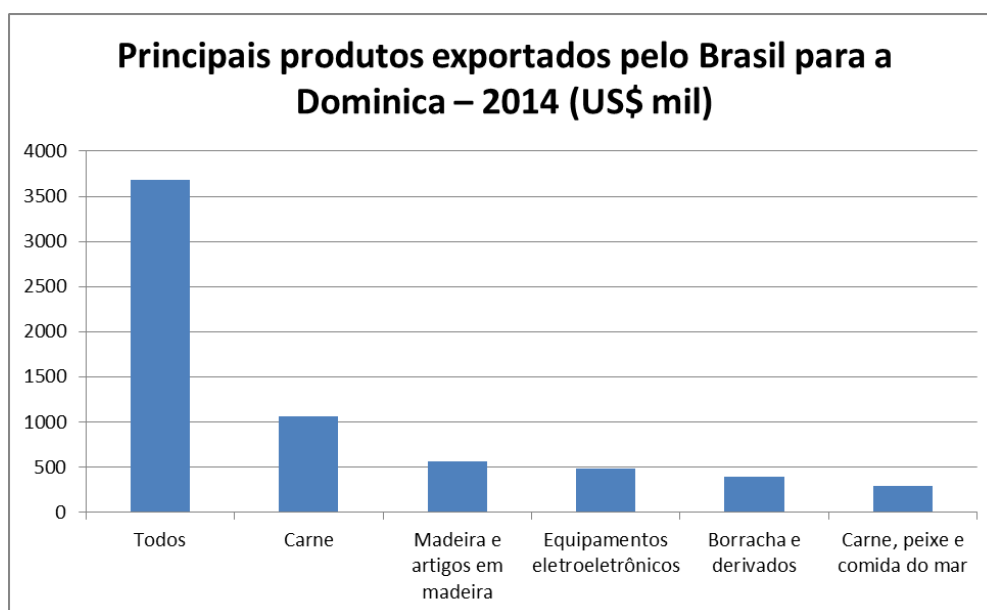
Fonte: o autor, 2015.

Mesmo que em termos absolutos estes valores não representem muito, vê-se no gráfico acima que, em exceção de 2000 e 2006, os ganhos nas exportações foram relativamente contínuos nos demais anos.

6.1.6.3 Principais produtos

Os produtos da exportados pelo Brasil para Dominica são quase todos de baixo valor agregado. Em exceção dos produtos eletroeletrônicos, todos os outros são matérias-primas ou produtos da agropecuária.

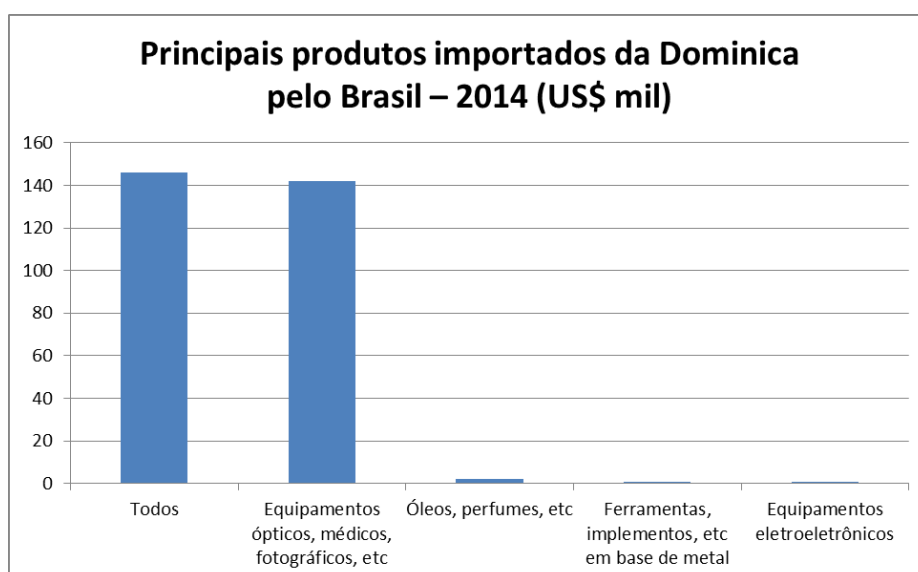
Gráfico 17 – Principais produtos exportados pelo Brasil para Dominica – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Já as importações deste país se concentram basicamente em equipamentos ópticos, médicos ou fotográficos.

Gráfico 18 – Principais produtos importados da Dominica pelo Brasil – 2014



Fonte: o autor, 2015.

De qualquer modo, como este valor é muito baixo (cerca de cento e quarenta mil dólares), sua representatividade para o todo brasileiro é muito baixa.

6.1.7 Sri Lanka

6.1.7.1 Histórico de relações

As relações entre Brasil e Sri Lanka se iniciaram em 1960. A Embaixada do Sri Lanka em Brasília iniciou suas atividades em 2001, sendo a primeira representação do país na América do Sul. O Brasil, por sua vez, estabeleceu sua embaixada em Colombo em 2005, através do Decreto nº 5632/2005.

O relacionamento entre os países se pauta principalmente na cooperação técnica. O Acordo-Quadro de Cooperação Técnica foi estabelecido em 2010, sendo o principal instrumento jurídico para a cooperação entre os países, englobando a questão dos biocombustíveis, da agropecuária e de programas sociais.

A erradicação da fome também é um assunto em pauta nesta relação. Em 2012, o Brasil doou alimentos ao Programa Mundial de Alimentos para serem distribuídos no Sri Lanka.

6.1.7.2 Dados de exportações e importações

Em 2006, o ano seguinte à abertura da Embaixada brasileira em Colombo, foi um ano de grande aumento nas exportações brasileiras ao Sri Lanka. Houve uma queda abrupta em 2007, seguida de grandes variações positivas e variações negativas mais brandas nas exportações. As importações, por outro lado, apresentaram um ganho quase que contínuo no período estudado.

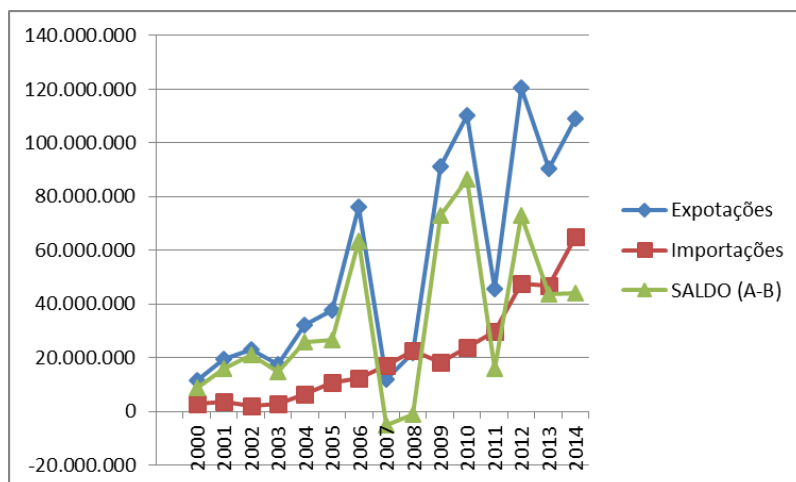
Tabela 7 – Comércio do Brasil com o Sri Lanka¹¹

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. %*	US\$ FOB (B)	Var. %	Part. %**	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTUR A (A/B)
2000	11.647.453	0,00	0,02	2.693.647	0,00	0,00	8.953.806	14.341.100	4,32
2001	19.401.405	66,57	0,03	3.560.953	32,20	0,01	15.840.452	22.962.358	5,45
2002	23.002.927	18,56	0,04	1.902.661	-46,57	0,00	21.100.266	24.905.588	12,09
2003	17.611.206	-23,44	0,02	2.828.902	48,68	0,01	14.782.304	20.440.108	6,23
2004	32.244.656	83,09	0,03	6.348.524	124,42	0,01	25.896.132	38.593.180	5,08
2005	37.561.714	16,49	0,03	10.934.651	72,24	0,01	26.627.063	48.496.365	3,44
2006	75.997.010	102,33	0,06	12.415.393	13,54	0,01	63.581.617	88.412.403	6,12
2007	12.121.690	-84,05	0,01	17.151.544	38,15	0,01	-5.029.854	29.273.234	0,71
2008	21.832.210	80,11	0,01	22.804.809	32,96	0,01	-972.599	44.637.019	0,96
2009	91.173.637	317,61	0,06	18.115.982	-20,56	0,01	73.057.655	109.289.619	5,03
2010	110.303.277	20,98	0,05	23.728.120	30,98	0,01	86.575.157	134.031.397	4,65
2011	45.782.692	-58,49	0,02	29.883.101	25,94	0,01	15.899.591	75.665.793	1,53
2012	120.380.392	162,94	0,05	47.579.797	59,22	0,02	72.800.595	167.960.189	2,53
2013	90.610.443	-24,73	0,04	46.929.094	-1,37	0,02	43.681.349	137.539.537	1,93
2014	108.944.723	20,23	0,05	65.038.416	38,59	0,03	43.906.307	173.983.139	1,68

Fonte: o autor, 2015.

Da tabela acima se depreende que, em exceção de 2007 e 2008, as relações entre o Brasil e o Sri Lanka sua superavitárias para o primeiro país, mesmo que em valores modestos. O pico do somatório dos valores de importações e exportações ocorreu em 2014, o qual ultrapassou os cento e setenta milhões de dólares.

Gráfico 19 – Exportações, importações e saldo do Brasil com o Sri Lanka



Fonte: o autor, 2015.

¹¹ * Este valor representa a participação do país para o total de exportações brasileiras

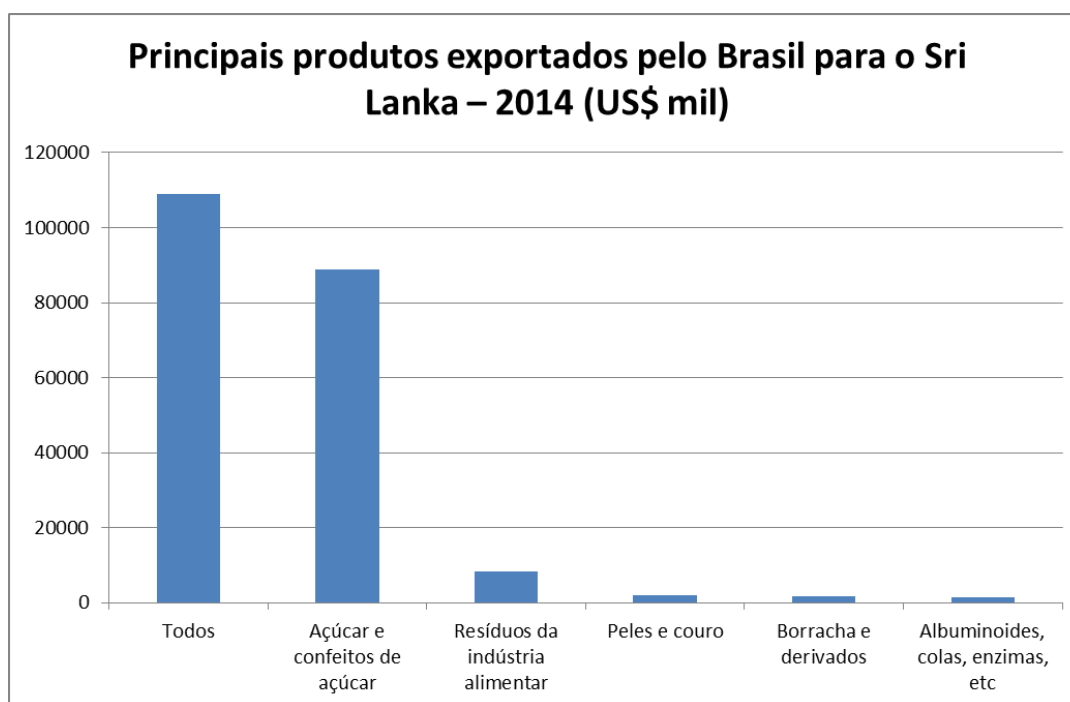
** Este valor representa a participação do país para o total de importações brasileiras

No gráfico pode ser observado o relatado acima. O que chama a atenção é que, como ocorre com a Guiné Equatorial, mesmo em 2014 – um ano em que a economia brasileira estava em uma situação mais complicada – os ganhos nas exportações e importações continuaram.

6.1.7.3 Principais produtos

O que chama a atenção na relação dos produtos exportados e importados entre o Brasil e o Sri Lanka é o papel do Brasil, mesmo sendo este uma economia muito mais robusta que a do Sri Lanka, como exportador de produtos básicos, como açúcar e derivados que são o grupo de maior força nas exportações.

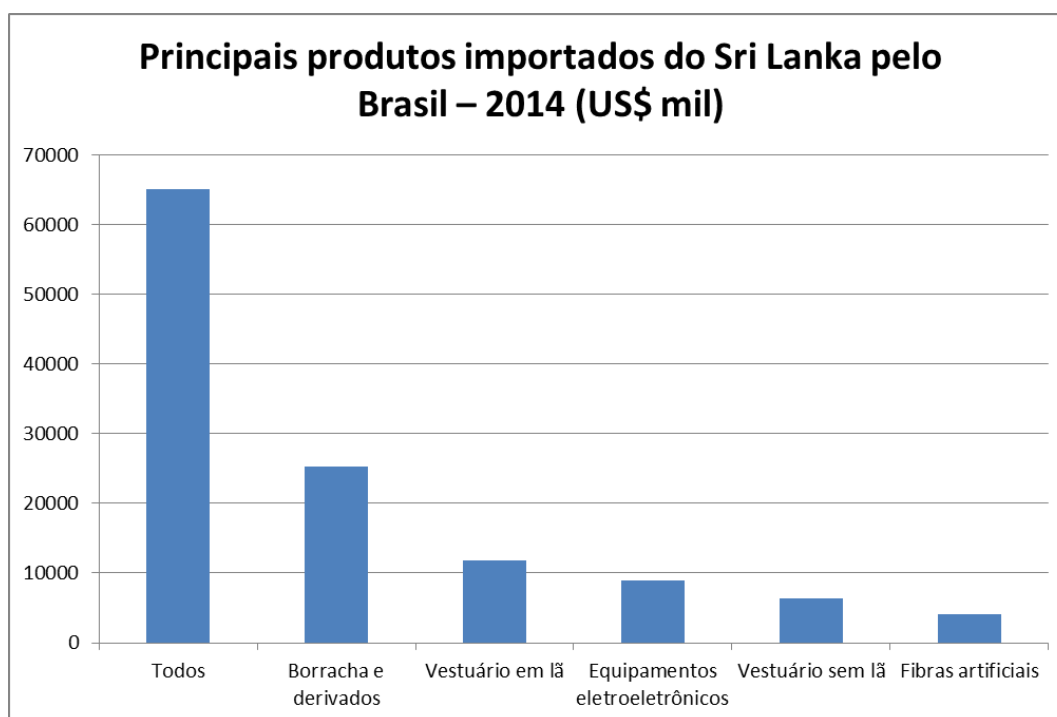
Gráfico 20 – Principais produtos exportados pelo Brasil para o Sri Lanka – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Como se vê no gráfico acima, as exportações de açúcar e derivados são quase que a totalidade dos produtos que o Brasil fornece ao Sri Lanka. E mesmos os outros principais produtos apresentam um valor agregado muito baixo.

Gráfico 21 – Principais produtos importados do Sri Lanka pelo Brasil – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Os produtos importados pelo Brasil, em contrapartida, são razoavelmente diversificados. Mesmo a borracha sendo o principal produto, somando-se ambos os vestuários em lã e sem lã chegam em um valor próximo deste primeiro.

6.1.8 Cazaquistão

6.1.8.1 Histórico de relações

As relações entre Brasil e Cazaquistão se iniciaram em 1993. Até 2006, as relações não possuíam grande força, mas após 2006, com a abertura da Embaixada

brasileira em Astana, através do Decreto nº 5686/2006, este cenário se modificou, mesmo que não de forma tão representativa quanto em outros países.

Houve visite ao Brasil do Presidente cazaque em 2007 e do Presidente brasileiro ao Cazaquistão em 2009. Os governos ainda estão negociando acordos para avançar nas relações bilaterais, principalmente no que concerne o comércio e investimentos. Ainda há iniciativas na área esportiva, havendo a formação de jogadores de futebol cazaques no Brasil.

6.1.8.2 Dados de exportações e importações

A relação entre o Brasil e o Cazaquistão é marcada por uma alternada queda e aumento entre exportações e importações. O saldo da balança comercial entre estes países acaba por ser ora superavitária, ora deficitária para o Brasil. As exportações desde 2004 apresentaram um aumento, mas apenas em 2011 elas atingiram um patamar significativo. As importações seguiram a mesma tendência, mas diferente das exportações que em 2013 e 2014 apresentaram quedas, estas continuaram a subir.

Tabela 8 – Comércio do Brasil com o Cazaquistão¹²

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. %*	US\$ FOB (B)	Var. %	Part. %**	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTUR A (A/B)
2000	5.172.712	0,00	0,01	296.220	0,00	0,00	4.876.492	5.468.932	17,46
2001	1.835.669	-64,51	0,00	2.778.464	837,97	0,00	-942.795	4.614.133	0,66
2002	5.481.824	198,63	0,01	39.281.185	1313,77	0,08	-33.799.361	44.763.009	0,14
2003	7.451.901	35,94	0,01	3.127.512	-92,04	0,01	4.324.389	10.579.413	2,38
2004	13.303.304	78,52	0,01	5.083.122	62,53	0,01	8.220.182	18.386.426	2,62
2005	31.856.661	139,46	0,03	8.583.508	68,86	0,01	23.273.153	40.440.169	3,71
2006	40.046.314	25,71	0,03	35.124.628	309,21	0,04	4.921.686	75.170.942	1,14
2007	41.245.515	2,99	0,03	11.401.669	-67,54	0,01	29.843.846	52.647.184	3,62
2008	45.600.808	10,56	0,02	12.215.504	7,14	0,01	33.385.304	57.816.312	3,73
2009	25.480.597	-44,12	0,02	11.848.070	-3,01	0,01	13.632.527	37.328.667	2,15
2010	48.392.158	89,92	0,02	39.123.684	230,21	0,02	9.268.474	87.515.842	1,24
2011	112.768.190	133,03	0,04	77.657.799	98,49	0,03	35.110.391	190.425.989	1,45
2012	120.151.852	6,55	0,05	80.091.397	3,13	0,04	40.060.455	200.243.249	1,50
2013	109.637.016	-8,75	0,05	61.394.893	-23,34	0,03	48.242.123	171.031.909	1,79
2014	56.119.939	-48,81	0,02	99.281.633	61,71	0,04	-43.161.694	155.401.572	0,57

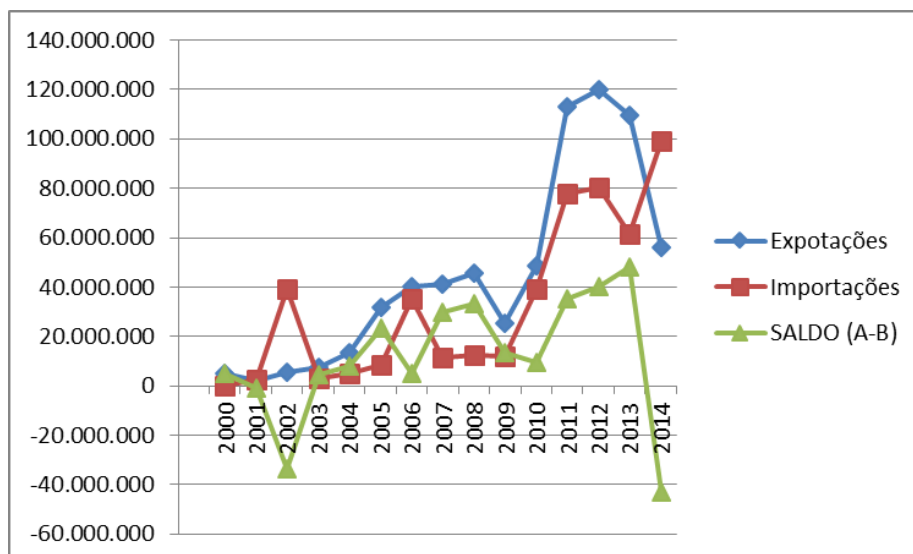
Fonte: o autor, 2015.

¹² * Este valor representa a participação do país para o total de exportações brasileiras

** Este valor representa a participação do país para o total de importações brasileiras

Como a tabela acima mostra, os principais períodos de ganhos para as exportações foram em 2005 e 2011, nos quais as variações passaram de cem por cento. Já nas importações, os dois anos mais representativos foram 2006 e 2010, nos quais os ganhos superaram de duzentos por cento.

Gráfico 22 – Exportações, importações e saldo do Brasil com o Cazaquistão



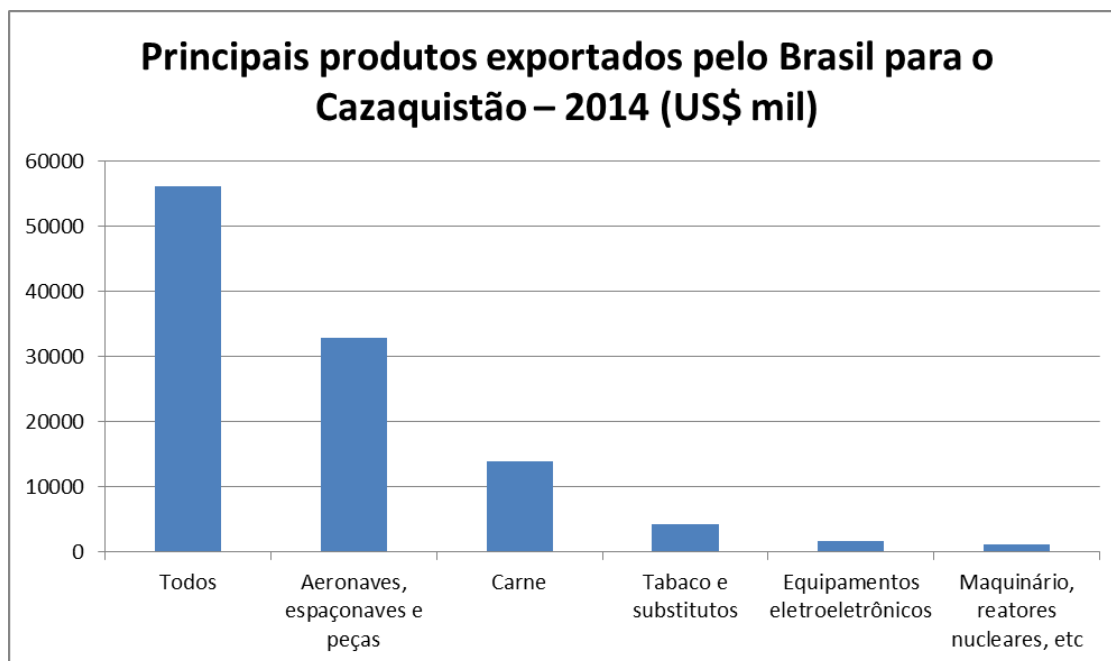
Fonte: o autor, 2015.

Assim, verifica-se que, mesmo havendo esta alternância entre um saldo positivo e negativo da relação entre estes países, os ganhos foram significantes quando analisado o somatório das exportações e importações. Em seu pico, em 2012, este valor chegou na casa dos duzentos milhões.

6.1.8.3 Principais produtos

Como apresentado no gráfico abaixo, o principal grupo de produtos exportados pelo Brasil para o Cazaquistão é o de aeronaves e produtos conexos. Pode-se ver que, mesmo que em menor escala do que os produtos europeus e americanos, as aeronaves brasileiras estão ganhando cada vez mais espaço no cenário internacional.

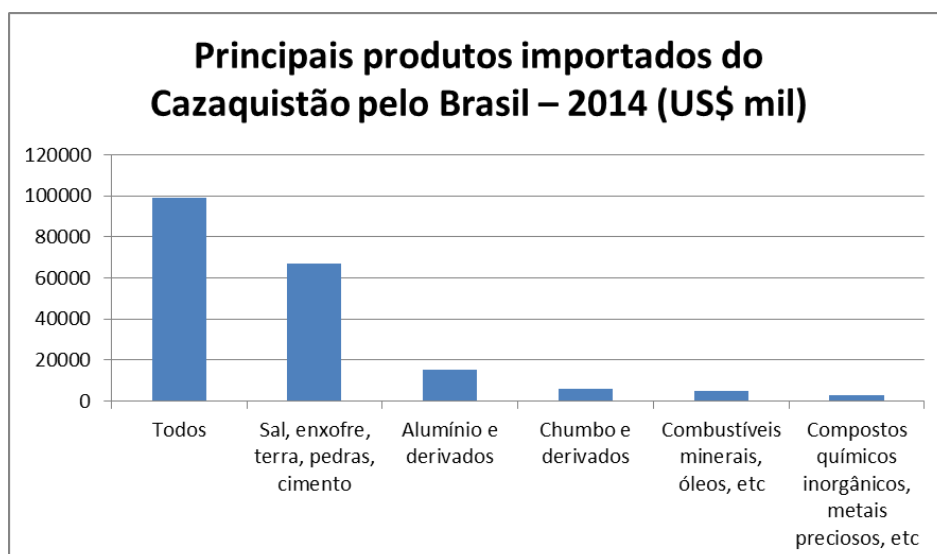
Gráfico 23 – Principais produtos exportados pelo Brasil para o Cazaquistão – 2014



Fonte: o autor, 2015.

Os principais produtos importados pelo Brasil do Cazaquistão são principalmente compostos químicos, metais e minerais. Estes produtos são de valor agregado relativamente baixo, mas compõe uma grande parte da carteira de produtos exportados pelo Cazaquistão para o resto do mundo.

Gráfico 24 – Principais produtos importados do Cazaquistão pelo Brasil – 2014



Fonte: o autor, 2015.

O que é importante denotar dos dados acima relacionados aos produtos é o papel do Brasil como exportador de produtos de valor agregado superior aos produtos importados. Isto mostra que o papel do Brasil está, mesmo que gradativamente, se modificando no cenário internacional.

6.2 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados apresentados anteriormente, podem não demonstrar o real impacto da abertura das embaixadas como um todo. Quando se trata da análise da relação entre dois países, a situação em que cada um deles está perante a economia global influencia a sua própria economia e sua relação com os demais países.

Entretanto, ao ser analisado o todo da amostra escolhida e refinar os dados de forma a que padrões sejam percebidos, vê-se que o papel da abertura das embaixadas foi – de certa forma – significativa para a relação entre os países.

Verificando a situação da relação entre os países no ano antes da abertura e no ano seguinte da abertura, pode-se perceber que os ganhos foram aparentes para a amostra.

Agrupando a somatória de exportações e importações relativos a todos os países, no ano anterior e seguinte da abertura da embaixada brasileira em cada um desses países, vê-se que os ganhos foram presentes. A somatória dos valores referentes ao ano anterior chegou ao valor de U\$ 633.163.948,00. Já os valores no ano após a abertura somaram U\$ 730.448.245,00. Isto representou um ganho de 15,36% quando considerando a soma das exportações e importações.

Em termos brutos, um aumento de aproximadamente cem milhões de dólares para o PIB brasileiro pode não parecer muito. Entretanto, considerando uma variação de 15%, quando o PIB brasileiro teve seu pico de variação em 7,5%, é de se considerar alto, haja vista que os outros anos se mantiveram em margens consideravelmente inferiores a esta.

Seis dos oito países obtiveram variações positiva no ano após a abertura da embaixada, com exceção do Sudão e da Guiné Equatorial. O ano da abertura não foi considerado para tal análise por ainda poder estar contaminado pelo tempo que a embaixada não esteve aberta durante o ano.

Outro ponto que pode ser analisado é a variação da somatória das exportações e importações no início da série temporal (ano 2000) e no final dela (ano 2014). Ao se pegar o valor nominal de 2000, de U\$ 76.581.413,86, e deflacioná-lo, utilizando o índice IGP, para o valor do fim de 2014, obtêm-se o valor de U\$ 218.257.413,86. Em comparação com a somatória das exportações e importações do fim de 2014, U\$ 1.779.491.751,00, observa-se uma diferença gigantesca. A variação entre estes valores foi de 715,32%, mesmo desconsiderando a inflação.

Obviamente a abertura das embaixadas não foi o único fator que influenciou um aumento tão grande nesse valor. O contexto econômico era muito diferente, como no ano 2000 e no ano de 2014. No primeiro, estando o Brasil em uma situação recente expansão na questão de abertura de investimentos estrangeiros privados (ALMEIDA, 2002, p. 56), enquanto no segundo, isto já estava consolidado. Entretanto, não se pode desconsiderar que o estreitamento das relações bilaterais resultante desta maior proximidade entre os países e suas autoridades foi um dos fatores que elevaram este valor.

O que se faz interessante é observar que isto ocorreu mesmo no ano em que o Brasil, como se pode ver através dos gráficos, apresentou uma grande perda na sua força comercial, tanto nas exportações quanto nas importações, na maioria dos países.

Um outro fato interessante a ser observado dos dados apresentados é que o ano de pico das relações entre os países aconteceu, sem exceção, em algum dos anos após a inauguração da representação diplomática brasileira no país.

Partindo para uma análise menos numérica, vê-se que o estreitamento das relações entre os países resultante da abertura de uma representação diplomática influi nos acordos realizados entre os países e nas visitas das autoridades de um país ao outro.

Com exceção de Dominica, a qual não apresentou nenhum acordo firmado no período em questão, os outros países analisados possuem um número considerável de visitas e de acordos realizados com o Brasil – e que aumentaram após a presença das repartições diplomáticas. Isto demonstra o interesse dos países em cooperarem não apenas em questões comerciais, mas também em questões de cunho social e tecnológico. Tal assertiva pode ser verificada na relação com países como o Sri Lanka – o qual o Brasil auxiliou no combate a fome – e o Sudão – com o qual o Brasil firmou um acordo para abertura de uma biofábrica.

Isto demonstra que uma maior representatividade no país parceiro acaba por gerar ganhos também indiretos, haja vista que a cooperação entre os países gera um maior aumento no intercâmbio de conhecimento e de soluções para problemáticas enfrentadas localmente.

Por fim, faz-se necessário verificar os grupos que mais foram influenciados com a abertura das embaixadas. Isto se faz através da composição dos produtos exportados e importados no ano de 2014.

Mesmo que este ano tenha sido um ano de inflexão para o Brasil, apresentando grandes perdas no mercado externo, vê-se que os produtos que perduram como principais, mesmo nesse ano, são aqueles que mais sofreram uma influência positiva da manutenção de uma boa relação entre os Estados.

Os produtos que se mantiveram presentes na maioria dos países, na questão da exportação foram, em suma, o grupo de maquinários, de açúcares e derivados, e de carnes.

Grande parte dos outros produtos, entretanto, representam produtos da agropecuária e de exploração mineral. Isto representa que o Brasil ainda tem uma parte de seus exportadores muito ligados aos produtos de baixo valor agregado.

Entretanto, vê-se que o número de produtos exportados que possuem um maior trabalho tecnológico, como o próprio grupo do maquinário, além dos produtos eletroeletrônicos e dos veículos, apresentam uma representatividade próxima com o grupo citado no parágrafo anterior.

De qualquer modo, o que se observa ao se analisar os produtos que compõe o grupo das exportações é que, independentemente de serem produtos industrializados ou da agropecuária/extração mineral, são produtos cujos mercados estão dominados por grandes empresas ou latifundiários. Não se vê dentre os produtos que mais mantiveram seus ganhos aqueles em que seu mercado é mais heterogêneo na questão de competitividade.

Assim, mesmo que não se possa diferenciar de modo claro se os mais afetados na questão da exportação foram os industriais ou os latifundiários, depreende-se que os maiores influenciadores foram os grandes exportadores.

Na questão das importações, o produto que mais teve, em questão monetária, representatividade foi o combustível fóssil, em especial da Guiné Equatorial. Isto demonstra que os produtores brasileiros que necessitavam de energia mais barata em relação a brasileira, haja vista o grande aumento no valor dos combustíveis que

ocorreu a partir do ano passado, foram bastante afetados por este estreitamento nas relações bilaterais.

Desta análise se verifica que, mesmo não analisando a parte do intercâmbio cultural e social entre os países, houveram ganhos comerciais significativos no período estudado. O papel das embaixadas para uma ligação mais forte entre os países é considerado para isto. Uma grande parte dos acordos e dos ganhos realizados neste período foram em períodos posteriores a abertura destas representações.

Assim, mesmo que a mídia exponha as dificuldades que as embaixadas estão passando nesses países, com economias menores do que aquelas dos países mais centras, sua influência não pode ser desconsiderada para uma manutenção da representatividade brasileira no comércio exterior.

7 CONCLUSÃO

A análise feita neste trabalho permite afirmar que as representações diplomáticas, em especial as embaixadas, possuem sua importância para o fomento da cooperação internacional. Mesmo que os ganhos não sejam tão tangíveis no período analisado, eles foram presentes.

A aproximação verificada após a abertura das embaixadas é importante para o Brasil no cenário das relações internacionais principalmente pelo seu interesse em se tornar uma potência reconhecida pelo demais países.

Ao se agregar na rede de países em que há uma “dependência” do Brasil através da cooperação com eles, vê-se que esta função, tão reiterada pelas recentes autoridades brasileiras, está sendo cumprida.

Verifica-se, portanto, que o otimismo pregado pela teoria institucionalista neoliberal das relações internacionais acaba por se concretizar, mesmo que com graus diferenciados. Todos os países analisados são democracias e tenderam não a uma relação conflituosa com o Brasil, mas sim de cooperação. Isto se deve – e muito – às instituições internacionais que acabam por expandir os horizontes brasileiros.

Entretanto, tal otimismo deve ser moderado. Não foram apenas as instituições que contribuíram para que a cooperação entre os países perdurasse e se fortalecesse. O papel dos próprios interesses dos particulares, das autoridades e a atual situação dos países, tanto econômica quanto social, acaba por influenciar uma maior ou menor aproximação entre eles.

Não se deve pensar que as instituições nos termos da teoria neoliberal irão suprir todas as outras vontades inerentes aos países. As guerras e sanções acabam por estar presentes no mundo mesmo com a presença das instituições.

Deste modo, deve-se ponderar até qual ponto as embaixadas são benéficas numa análise do ponto de vista brasileiro. Como já relatado, os países analisados tiveram uma representatividade muito ínfima para o total das exportações e importações brasileiras. E a questão que resta é: será que elas estão se pagando?

Necessário se faz ressaltar que algumas embaixadas brasileiras estão em “nível de miséria”, como relatado pela mídia¹³. Isto se dá principalmente pela falta da

¹³ Como verificado na notícia “Itamaraty deixa de pagar contas de água e luz em embaixadas” veiculada no canal de notícias Terra.

devida atenção que deveria ser dada ao Ministério das Relações Exteriores e as representações diplomáticas brasileiras. Um vexame como este acaba por prejudicar a imagem do Brasil perante os outros países – e isto tem influências profundas no interesse dos investidores e dos países em realizarem acordos com este país.

Entretanto, faz-se pensar também em até que ponto a abertura de demasiadas embaixadas está sendo sustentável para o Estado. Muitos dos países onde foram abertas embaixadas, como já analisado neste trabalho, movimentam valores anuais muito baixos. E o custo de manutenção destas representações pode não ser baixo.

Assim, cabe ser verificado, em análises futuras, a relação de custo-benefício da abertura e manutenção destas embaixadas. A análise dos custos é importante para verificar se os valores movimentados acabam por tornar a presença da embaixada vantajosa para os interesses nacionais.

Outro ponto passível de ser estudado é a quantidade de contratos e de acordos firmados entre os países. A verificação desta variação pode demonstrar uma maior (ou menor) aproximação dos países.

Para isto, também cabe uma análise futura dos avanços (ou retrocessos) das relações não apenas de cunho comercial, mas também cultural e social. Como relatado no começo deste trabalho, a abertura de uma embaixada não representa apenas uma mudança para o comércio, mas também para a inserção da cultura brasileira – e até mesmo de brasileiros – nos países.

Um comparativo de todos estes pontos com países de representatividade similar de cada região, mas com representações diplomáticas inauguradas em períodos anteriores ao estudado também cabe para trazer uma visão mais completa do contexto destes Estados. Fazendo isto, pode-se auferir se tais instituições estão cumprindo o seu papel ou não – como um teste utilizando placebos.

Deste modo, verifica-se que a análise feita neste trabalho não se dá por esgotada. Os estudos acerca das relações das embaixadas e as relações entre os países não é exaustiva e demanda estudos mais aprofundados em outros pontos.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, L. T.; RAMOS, L. C. S. Keohane e o institucionalismo liberal: conflitos ontológicos na construção teórica das Relações Internacionais. **Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, dezembro 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/iZNru2>>. Acesso em: 27/11/2015.

ALMEIDA, P. R. **Os primeiros anos do século XXI: O Brasil e as relações internacionais contemporâneas**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARRAES, V.; Gehre, T. **Introdução ao estudo das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Decreto nº 10.034 de 30 de setembro de 2004. Cria a embaixada em Adis Abeba. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1 outubro 2004.

_____. Decreto nº 5.569 de 31 de outubro de 2005. Cria a embaixada em Zagreb. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 outubro 2005.

_____. Decreto nº 5.589 de 21 de novembro de 2005. Cria a embaixada em Malabo. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 novembro 2005.

_____. Decreto nº 5.590 de 21 de novembro de 2005. Cria a embaixada em Cartum. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 novembro 2005.

_____. Decreto nº 5.632 de 22 de dezembro de 2005. Cria a embaixada no Sri Lanka. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 dezembro 2005.

_____. Decreto nº 5.686 de 31 de janeiro de 2006. Cria a embaixada em Astana. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 janeiro 2006.

_____. Decreto nº 6.244 de 19 de outubro de 2007. Cria a embaixada em Bratislava. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 outubro 2007.

_____. Decreto nº 6.775 de 18 de fevereiro de 2009. Cria a embaixada em Roseau. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 fevereiro 2009.

BULL, H. **The anarchical society**: a study of order in world politics. 4.ed. Nova Iorque: Columbia University Press, 2012.

CAMARGO, A. G.; JUNQUEIRA, C. G. B. A teoria neoliberal nas relações internacionais: o tripé institucional e o papel do Estado. **ODEbatedouro.com**, ed. 83, agosto 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/l4Hkpm>>. Acesso em: 27/11/2015.

GILPIN, R. **The Political Economy of International Relations**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

HELLMANN G.; WOLF, R. Neorealismo, Neoliberal Institutionalism, and the Future of NATO. **Security Studies** 3, Londres, n. 1, p. 3-43, outono 1993.

JACKSON, R.; Sorensen, G. **Introdução às relações internacionais**: teorias e abordagens. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

JUNIOR, I. Itamaraty deixa de pagar contas de água e luz em embaixadas. **Portal Terra**. 23 janeiro 2015. Disponível em <<http://goo.gl/J9Da39>>.

KEOHANE, R. Institucionalismo neoliberal: Uma perspectiva de la política mundial. IN. _____. **Instituciones internacionales y poder estatal**. Buenos Aires: GEL, 1993.

MENDES, F. P.; LIMA, S. K. Realismo e o institucionalismo neoliberal: um panorama da evolução do mais representativo debate da Teoria das Relações Internacionais. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 63-90, junho 2005.

MINGST, K.; ARREGUÍN-TOFT, I. M.; **Princípios de Relações Internacionais**. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**: Correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NYE JR., J. S.; KEOHANE, R. O.; **Power and Interdependence**. 4.ed. Glenview: Pearson, 2011.

POWELL, R. Anarchy in international relations theory: the neorealist-neoliberal debate. **International Organization**, Boston, 48, 2, p. 313-344, primavera 1994.

SALOMÓN, M. La teoria de las relaciones internacionales em los albores del siglo XXI: Diálogo, disidencia, aproximaciones. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, Barcelona, n. 56, p. 7-52, dezembro 2001.

VIOTTI, P. R.; KAUPPI, M. V. **International Relations Theory**. 5.ed. Glenview: Pearson, 2012.